



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVIII — Nº 19

TERÇA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 1973

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 17ª SESSÃO, EM 2 DE ABRIL DE 1973

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofício do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados

Acusando recebimento de ofício referente à convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional destinada a receber a visita do Presidente da República do Paraguai e comunicando a designação do orador daquela Casa na referida solenidade.

1.2.2 — Discursos do Expediente

**SENADOR GUIDO MONDIN** — Realizações do Governador Euclides Triches à frente do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Lançamento da obra *História do Exército Brasileiro*, promovida pelo Estado-Maior do Exército.

**SENADOR JOSÉ SARNEY** — Participação dos Estados Unidos da América do Norte na guerra do Vietname.

**SENADOR WALDEMAR ALCÂNTARA** — Instituição do Primeiro Programa de Alimentação Nacional — PRONANI.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 4/73, que autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operações de empréstimos externos destinadas

a financiar a aquisição de máquinas para o projeto estadual de desenvolvimento da agricultura. **Aprovado**, à Comissão de Redação.

1.4 — MATÉRIA APRECIADA APÓS A ORDEM DO DIA

Redação final do Projeto de Resolução nº 4/73 — constante da Ordem do Dia. **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 16/73. À promulgação.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO ENCERRAMENTO.

2 — RETIFICAÇÃO

Trecho da Ata da 16ª Sessão, realizada em 30-3-73.

3 — GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR (Resolução da Comissão Deliberativa)

4 — ATAS DAS COMISSÕES

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 17ª SESSÃO  
EM 2 DE ABRIL DE 1973

3ª Sessão Legislativa Ordinária  
da 7ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES  
FILINTO MÜLLER E  
PAULO TÔRRES

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — Cat-

tete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — José Sarney — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Duarte Filho — Ruy Carneiro — Arnon de Mello — Augusto Franco — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Paulo Tôrres — Carvalho Pinto — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Filinto Müller — Celso Ramos — Guido Mondin — Tarso Dutra.

**O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental declarado aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

**EXPEDIENTE**

A Sua Excelência o Senhor Senador Filinto Müller, Presidente do Senado Federal Brasília, 2 de abril de 1973 GP-0/211/73

Senhor Presidente,

Acuso o recebimento do ofício CN/8, de 28-03-73, em que Vossa Excelência comunica haver convocado as duas Casas do Congresso Nacional para, em Sessão Conjunta, a realizar-se a 26 do corrente, receberem, solenemente, a visita de Sua Excelência o Se-

# EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

#### Seção II

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

#### ASSINATURAS

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI

Chefe da Divisão Industrial

#### Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 100,00

Ano ..... Cr\$ 200,00

#### Via Aérea:

Semestre ..... Cr\$ 200,00

Ano ..... Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.000 exemplares

nhor General de Exército Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai.

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência que foi designado Orador da Câmara dos Deputados, nessa solenidade, o Senhor Deputado Parsifal Barroso.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e distinta consideração. — Flávio Marcílio, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller)** —

O expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Guido Mondin.

**O SR. GUIDO MONDIN (Pronuncia o seguinte discurso)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, conforme tenho anunciado, desejo dar ênfase aqui às ocorrências maiores de meu Estado no campo do seu desenvolvimento. Oxalá sejam reduzidas aquelas em que deva clamar por atendimentos, esperando mesmo que não venha a fazê-lo, pelo menos pelo recurso da tribuna, eis que as minhas condições de parlamentar governista me indicam outros recursos.

As realizações do Governo gaúcho, no setor da agricultura e da pecuária, no último ano, apesar de ocorrências climáticas adversas, que já referi em discurso anterior, colaboraram decisivamente para que o Rio Grande do Sul ingressasse em um novo ciclo de desenvolvimento econômico e social.

Foram inegavelmente excessivas as precipitações pluviométricas no ano passado, com graves conseqüências, mas o Governo Euclides Triches prosseguiu, sem esmorecimento, a política de dinamização da atividade agropecuária, como se constata através de dados expressivos e apesar de sofrer o Rio Grande do Sul sujeição a medidas de interesse global, que, atendendo exigências nacionais maiores, no entanto, têm sacrificado a economia gaúcha.

Como resultado positivo da política empreendida pelo Governo rio-grandense,

quero destacar que o feijão soja firma-se entre os produtos agrícolas de grande potencialidade para o meu Estado. Na safra 1971/1972, foi alcançada e até superada a campanha dos dois milhões de toneladas, tendo a produção — em torno de 2.021 mil toneladas — ultrapassado a do período anterior em 34%. Tal êxito constitui motivação para o lançamento da campanha dos três milhões de toneladas para a próxima safra, que já prenuncia novo êxito e para a qual foram mobilizados todos os instrumentos de ação disponíveis.

Entre as realizações que o governo Euclides Triches vem desenvolvendo neste setor, destacam-se as obras infra-estruturais de apoio ao desenvolvimento agrícola. Embora a atual política seja em favor de obras duradouras de efeito a longo e médio prazo, não foram esquecidas as edificações de repercussão imediata, como a construção de estradas coloniais, construção das concentradoras de mosto e prestação de serviços através de destocamento, construção de barragens, poços artesanais e pulverizações aéreas. Na área de pesquisas, ao lado das variedades de milho e soja, recém-lançadas, foram criadas as estações de Avaliação, a Central de Inseminação Artificial, a Companhia de Terminais Pesqueiros e as Estações Demonstrativas.

A vitivinicultura continuou a receber atenção especial, dentro da campanha de renovação e incremento do cultivo de castas finas de viníferas, além da intensificação da fiscalização e do cadastramento geral da cultura.

A instituição da Central Vitivinícola do Sul Sociedade Anônima, sociedade de economia mista, cujo propósito é funcionar como elemento disciplinador da área sócio-econômica da vitivinicultura, aparece como um novo e importante passo dado pelo governo para dinamizar e aprimorar a atividade do setor. As concentradoras de mosto de Bento Gonçalves e Caxias do Sul entraram em funcionamento em 1972 e deverão, neste próximo exercício, contar com mo-

derno equipamento auxiliar que propiciará a produção de suco de uva concentrado, permitindo, desta forma, plenas condições de conservação do produto final.

A agropecuária, como atividade prioritária do governo e dentro das diretrizes globais do projeto Grande Rio Grande, teve intensificados o interesse e a preocupação de todos os setores. O melhor desfrute dos rebanhos e a sistemática perseguição de maiores índices de produtividade, acompanhando a política federal para o aumento racional da produção, foram propósitos constantes da administração do eminente engenheiro Euclides Triches.

Desta forma, no setor da produção animal foi realizada, com total êxito, a I Exposição Internacional de Animais, levada a efeito de 23 a 29 de agosto, do ano último, no Parque de Esteio, oportunidade em que a representação do Rio Grande do Sul obteve 5 lauréis em 11 competições com países participantes. As amplas e apropriadas instalações do Parque foram outro fator que permitiu a realização de mais esta promoção plena de êxito do Governo do Rio Grande do Sul.

No mesmo Parque de Esteio foi construída a Central Rio Grandense de Inseminação Artificial, visando ao aumento da produtividade pelo emprego de reprodutores de alta linhagem. Ainda no setor da produção animal, o alto nível dos serviços sanitários motivou a escolha, pela Organização Mundial da Saúde, do Rio Grande do Sul como área piloto para toda a América Latina.

Dentro da dinâmica que caracterizou estes primeiros dois anos da administração do governador Euclides Triches, também registramos que na área de atividades voltadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis surgiu, como decorrência da implantação da modernização administrativa, o Instituto de Pesquisas de Recursos Naturais Renováveis.

Foram dinamizadas as atividades dos Parques Florestais do Estado e dos setores de Fixação de Dunas. O programa lançado

tem características modernas, originando a primeira promoção intitulada Campanha de Arborização do Litoral Gaúcho, que alcançou amplo êxito no último veraneio. Para esta campanha, a produção de mudas florestais e ornamentais alcançou a 2, 5 milhões de unidades.

Foi dispensada uma atenção especial à pequena empresa. Além de cem técnicos rurais colocados à disposição dos municípios com áreas minifundiárias, foi criada a VI-NQSUL, lançada a campanha de renovação da viticultura, elaborado o primeiro cadastramento e iniciadas as pesquisas econômicas na área da citricultura.

Por sua vez, o Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria da Pesca concluiu o projeto do Porto Pesqueiro de Rio Grande, que terá sua implantação assegurada pela Companhia dos Terminais Pesqueiros do Rio Grande do Sul, ora em constituição.

O desenvolvimento que caracteriza o Governo Triches envolveu ainda a ampliação da assistência aos agricultores, através do convênio entre a Secretaria da Agricultura e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, mediante a admissão dos 100 técnicos agrícolas para os sindicatos dos trabalhadores rurais, enfatizando, no mesmo setor, os trabalhos do crédito rural orientado, reformulando e dinamizando os centros Cooperativos de Treinamento Agrícola.

Além de desenvolver o plano de assistência à apicultura, o Governo do Estado intensificou os trabalhos de orientação, fomento e defesa das principais culturas do Rio Grande do Sul. Foram também intensificados os estudos biológicos e levantamentos das diferentes pragas e moléstias e a inspeção fitossanitária dos viveiros de mudas frutíferas, além da fiscalização do comércio de sementes e mudas.

Houve, ainda, a intensificação dos trabalhos de pesquisa e experimentação das culturas agrícolas, com viabilidade do lançamento de novas variedades do milho e feijão, mandioca e sorgo, citrinos e cebola, abacaxi e rosáceas, enfatizando-se os trabalhos de experimentação e pesquisa com defensivos agrícolas.

A instalação do Horto Florestal no Município de Planalto, para reflorestamento dos parques estaduais e fornecimento de mudas a produtores do Alto Uruguai, foi outra grande realização do Governo Triches no setor da agricultura. A Estação Experimental de Encruzilhada do Sul foi reequipada, visando a pesquisas e ensaios com essências florestais e ornamentais, nativas e exóticas, na serra do sudoeste, e início do levantamento de essências florestais nativas, na região norte do Estado, estudando-se sua importância econômica e o estabelecimento de bases para seu zoneamento.

Cabe ressaltar ainda, como mais uma das grandes realizações do Governo Triches, a efetiva construção da Central de Abastecimento Sociedade Anônima, destinada a regularizar o sistema de abastecimento, em especial da Grande Porto Alegre. A CEASA recebeu recursos do Estado, da ordem de Cr\$ 6.885.000,00, que, desta forma, integrati-

izou sua parcela do capital. Quando em efetivo funcionamento, o que deverá ocorrer nos próximos dias, a Central de Abastecimento solucionará o abastecimento da Grande Porto Alegre, além de contribuir para uma melhoria das condições econômicas do pequeno e médio produtor.

Destacamos, a propósito, que a assistência direta ao pequeno produtor mereceu atenção especial do Governo Euclides Triches. Haja vista o acordo que já mencionamos, pelo qual a Federação dos Trabalhadores na Agricultura assumiu o encargo de contratação do pessoal técnico de nível médio, mediante colaboração financeira do Estado.

Prossegue assim a administração dinâmica do Governo gaúcho, integrado na escalada desenvolvimentista do Brasil dos nossos dias.

O Sr. José Lindoso — V. Exa. permite um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Com prazer.

O Sr. José Lindoso — O Senado ouve o depoimento de V. Exa. sobre a administração do Governador Triches e eu, particularmente, quero confessar minha alegria por ver esse elenco de iniciativas, dentro das perspectivas do desenvolvimento nacional, porque nós tivemos um relacionamento de trabalho bastante significativo com o atual Governador Triches, ao tempo em que fora deputado federal. Nós o sabíamos um patriota, batizado nas linhas de fogo na campanha da Itália; o sabíamos um devotado realmente às causas públicas. Mas agora o vemos numa dimensão muito maior: o patriota, o realizador, o propulsor das atividades econômicas do Rio Grande do Sul, dentro desse impulso de crescimento do Brasil. V. Exa. dá um depoimento que, considerando estar à frente do Governo do Rio Grande do Sul esse elemento expressivo da classe política, é sobremodo confortador para a nossa Casa.

O SR. GUIDO MONDIN — Sou muito agradecido ao nobre Senador José Lindoso por este aparte. Realmente é assim; o nosso ex-colega de Parlamento, hoje Governador do Rio Grande do Sul, vem realizando trabalho digno de nota. E, particularmente, pelo exemplo que S. Exa. oferece à iniciativa particular. Isso é extremamente importante pela animação que traz à ação conjunta dos rio-grandenses. Cito um pequenino particular a respeito, ocorrido no ano de 1972, que é o caso da instalação de novas empresas, contadas, assim, aos milhares, revelando o exemplo, o incentivo que decorre da ação governamental. Sou grato a V. Exa. e quero dizer-lhe que voltarei muitas vezes à tribuna, para fazer relatos do que se vem desenvolvendo no Rio Grande do Sul. Não o farei, naturalmente, de uma só vez, até por uma questão de técnica parlamentar.

O Sr. Osires Teixeira — V. Exa. me permite, nobre Senador?

O SR. GUIDO MONDIN — Com muito prazer.

O Sr. Osires Teixeira — É que não me permitiria, nem me perdoaria, que V. Exa. terminasse o seu discurso sem que eu desse um depoimento. E esse depoimento vem a propósito de Goiás estar sempre se-

guindo o Rio Grande do Sul no que tange aos seus produtos agrícolas e à perfeição do seu plantel pecuário. V. Exa. revela que o Governador Triches está dando ênfase especial à produção de soja e que pretende, no ano agrícola corrente, alcançar os 3 milhões de toneladas. E, quando V. Exa., ao responder ao eminente Senador José Lindoso, informa que a atividade governamental do Rio Grande do Sul serve também de exemplo para as atividades privadas, eu me lembrei de apartear-lo para dizer que, quando o Governador Triches enfatiza essa ou aquela atividade agrícola, dá, no caso específico da soja — produto da mais alta valia, não só para o consumo interno como também para a exportação — condições de aumento da riqueza gaúcha e também condições para que o Brasil possa cumprir o *desideratum* governamental de exportar mais, mais e mais, para a riqueza brasileira. Muito obrigado.

O SR. GUIDO MONDIN — Muito grato pelo aparte, meu caro Senador Osires Teixeira. Não resisto, neste ensejo, lembrar a preocupação do Governador Euclides Triches. Tenho viajado com S. Exa. repetidas vezes pelo interior do Estado. Evidentemente, há festividades na cidade visitada pelo Governador, com a particularidade de os colégios saírem às ruas para recepção, e o Governador como que se impressiona pelo número de crianças e de adolescentes postados ao longo das ruas, naquela acolhida, perguntando-se: "Que será desta infância, que será desta juventude, dentro de poucos anos?" Então, o seu pensamento é este: o da promoção de trabalho, no caso do Rio Grande, como há de ser o caso nacional. Então, incentivar ao máximo a produção primária, mas seguida a secundária, isto é, a sua industrialização, porque há necessidade de socorrermos já — e se não fosse já, num tempo muito breve — esses braços que, aos milhões, clamam por trabalho.

É esta uma das preocupações centrais do Governador Euclides Triches.

Mas, Sr. Presidente, eu estava a concluir para dizer, ao final, que os dois primeiros anos do Governo Triches, como já assinaléi em pronunciamentos anteriores, são férteis em cometimentos importantes, por isso mesmo pronunciando uma gestão completa — a de quatro anos que fixará marcos inconfundíveis na história político-administrativa do Rio Grande do Sul.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: no dia 28 de fevereiro, conforme toda a imprensa brasileira noticiou com destaque, se deu o lançamento oficial da História do Exército Brasileiro, em cerimônia presidida pelo ilustre Ministro Orlando Geisel que, de improviso, realçou a significação do acontecimento.

No discurso que então proferiu, o General Breno Borges Fortes, Chefe do Estado-Maior do Exército, disse que a obra é uma "realidade quatro vezes secular — a Histó-

ria do Brasil essencialmente vista do ângulo militar terrestre."

Outra obra está em elaboração, conforme revelou o Ministro do Exército, e conterá a história militar brasileira.

A importância de iniciativa como a da feitura de uma História do Exército Brasileiro é óbvia, ainda mais num país como o nosso, em que a nossa história praticamente se confunde com a militar.

Todos sabemos da enorme escassez de estudos relativos à nossa história, sobretudo quando especializados. Esta constitui, mesmo, uma das grandes falhas que há muito reclama correção, num desafio aos especialistas e estudiosos de nossos assuntos históricos. O sesquicentenário de nossa Independência permitiu que diversas iniciativas e importâncias fossem adotadas, dentre elas aquelas no âmbito parlamentar, uma vez que este ano se celebra o sesquicentenário da instituição parlamentar em nosso País.

A História do Exército Brasileiro é obra magnífica, no seu conteúdo e em sua apresentação, de grande bom gosto. Sua leitura é extremamente fácil, as belas ilustrações ermitindo sua mais exata compreensão. O trabalho realizado é dos mais completos, cuidadosos e meritórios de todos semelhantes erguidos entre nós.

Constatei, com inconfundível prazer, ao ler os exemplares que me foram ofertados, que a obra da História do Exército Brasileiro é de fácil percepção para todos, fascinante e imprescindível ao bom conhecimento de nossa história. De enorme proveito poderá ser à nossa mocidade, que nela terá um repertório vasto de um passado rico de tradições, heroísmo, sacrifício e desprendimento. Sua ampla divulgação me pareceio apenas útil como necessária, pois se trata de importante contribuição para a cultura de nossa gente e, sobretudo, é obra que muito poderá contribuir para a sempre maior integração política, social e cultural.

Nação brasileira, tão bem retratada na História de Nosso Exército", essencialmente popular desde seu surgimento até os dias atuais, razão pela qual seus sentimentos os da Nação sempre foram os mesmos, em lutar comunhão.

Muito poderia dizer sobre essa obra cuja leitura me entusiasmou e que há de despertar em todo aquele que a leia patriótico sentimento de orgulho, orgulho de brasilidade.

Disso, no entanto, me dispensei, uma vez e a História do Exército Brasileiro conta com sintética apresentação do General-de-Exército Breno Borges Fortes, Chefe do Estado-Maior do Exército, seguido de um esboço, completo prefácio do General-de-Exército Alfredo Souto Malan, ex-Chefe do Estado-Maior do Exército, que nos apresenta excelente síntese do que é a obra, cuja leitura é necessária a todo brasileiro que queira conhecer a história de nossa Pátria.

Eis porque, Sr. Presidente, contendo o meu desejo de dar aqui minhas impressões sobre a feliz e brilhante realização, para registrar nos termos regimentais, que façam parte integrante deste meu discurso a

apresentação, de autoria do General Breno Borges Fortes, e o prefácio, escrito pelo General Alfredo Souto Malan. Esta transcrição permitirá exata compreensão das dimensões da obra a que aludo, cujo aparecimento é preciso exaltar e registrar em nossos Anais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

## DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO.

### APRESENTAÇÃO

O Exército verdadeiramente nacional só teve organização institucional em 1824, dois anos após a Independência. Suas origens entretanto, segundo interpretação de muitos historiadores, remontam aos primeiros séculos que se seguiram ao descobrimento. Vinculam-se à chegada dos contingentes pioneiros das tropas lusitanas pagas, ou à criação das ordenanças, expressão militar do povo, na época, ou ainda à formação de grupos de gente brasileira, que se armavam, às ordens de comandantes portugueses, contra corsários ou conquistadores, para defesa da terra, a que já denominavam Pátria.

Quaisquer que sejam os seus primórdios, o Exército tem sido fiel ao passado. Através de quatro séculos de história, identificou-se com as aspirações da comunidade brasileira e tornou-se uma força de integração social absolutamente imprescindível ao desenvolvimento nacional.

Com o apoio das co-irmãs, Marinha e Aeronáutica, constitui-se em fator de segurança, base para a conquista dos objetivos permanentes da nacionalidade.

História do Exército Brasileiro, planejada, elaborada e editada pelo Estado-Maior do Exército, retrata essa realidade.

Ao entregá-la ao público, esperamos que o povo brasileiro, na imagem que lhe é apresentada, veja refletido o seu próprio perfil militar. — General-de-Exército Breno Borges Fortes, Chefe do Estado-Maior do Exército.

### Prefácio

Esta obra procura corporificar uma idéia antiga de dois séculos, pelo menos. Outra não foi a intenção das Academias dos Esquecidos e dos Renascidos da Bahia, quando, século XVIII, quiseram historiar a vida do Brasil-Colônia, inclusive em seus aspectos militares. A História Militar do tenente-coronel D. José de Miralles, no Brasil, então surgida, documenta a concretização dessa primeira tentativa conhecida de compendiar a História Militar do Brasil. Valeu antes como prova de uma boa e generosa intenção. Na verdade, apesar do nome que ostenta, não passa o livro de Miralles de um apanhado da organização militar vigente na Bahia e partes vizinhas, precedido de alguns feitos militares mais notáveis. Mais crédito teria, como pioneira, também, de nossa história militar terrestre, a História do Brasil, Frei Vicente do Salvador.

Fértil, século XIX, em fatos militares. Talvez por isso a preocupação, na época, tenha

sido antes registrá-los do que sistematizá-los, com os dos séculos anteriores numa obra. Realmente, não se conhece nenhum plano de se escrever, nesse século, a nossa história militar terrestre.

Nas últimas sete décadas, perseguiu-se a idéia setecentista. Os Anais do Exército Brasileiro, do coronel Torres Homem, e inúmeros trabalhos de iniciativa particular, de civis e militares, ou sob a égide de escolas do Exército, também tentaram concretizá-la. Infelizmente não se conseguiu mais do que a publicação de pequenos resumos ou de alguns estudos monográficos. Muitos destes têm grande valia e são, por exemplo, entre outros: o trabalho do capitão Genserico de Vasconcelos sobre a guerra de 1851-2; a série de autoria do general Augusto Tasso Fragoso, na qual se destacam a História da Revolução Farroupilha, Os Franceses no Rio de Janeiro e a História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai; e Evolução Militar do Brasil, do coronel J. B. Magalhães.

O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil contribuiu, não só discutindo o problema da elaboração da História Militar, como publicando, em sua Revista, inúmeros trabalhos úteis para o fim colimado.

Foi a necessidade, tão sentida, de se escrever uma história militar terrestre, aliada à existência de número apreciável e valioso de monografias, sem contar farta documentação publicada, o fator principal que levou a Biblioteca do Exército, há cerca de três lustros, a tentar também o antigo, sedutor e significativo empreendimento. Reuniu uma equipe de oficiais, que apresentaram monografias, versando os principais aspectos do passado da força terrestre brasileira até o fim do período colonial. Esse trabalho inicial ficou inédito, e a obra, planejada em quatro volumes, não se concluiu.

O Estado-Maior do Exército, fevereiro de 1970, decidiu fazer nova tentativa. Entregou a missão de elaborar a história da força terrestre à sua Comissão de História do Exército Brasileiro, criada, julho desse ano. Esta elaborou o Plano da Obra, segundo Diretrizes da Chefia do Estado-Maior do Exército. O documento, maio de 1971, entregue, para execução, à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Uma plêiade de oficiais-alunos do 2º ano dessa escola passou a pesquisar os assuntos pertinentes aos tópicos do Plano. A pesquisa devia objetivar a melhor bibliografia existente, a qual foi posta à disposição dos oficiais na própria área de estudo. E, basicamente, a constante da lista que se encontra no final desta obra.

Simultaneamente com o início desse trabalho intelectual, o Estado-Maior do Exército e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército promoveram a realização de um Simpósio de história militar terrestre brasileira, a fim de cooperar na execução do projeto, especialmente quanto à forma e suas qualidades de comunicação com o público. Do certame participaram setenta e cinco historiadores, escritores, jornalistas e professores, civis e militares, que ofereceram excelentes sugestões, oportunamente atendidas.

Noventa e nove alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, trabalhando individualmente e em equipe, elaboraram quarenta e nove monografias. Estas, entregues a vinte e seis historiadores civis e militares, que as reviram, sugerindo ou fazendo alterações. A direção do projeto no Estado da Guanabara tratou da coordenação geral do texto e dos capítulos, segundo estrutura previamente estabelecida. Essa direção e o Presidente da Comissão de História do Exército Brasileiro, representante da Chefia do Estado-Maior do Exército, leram, cada um de per si, os capítulos, acrescentando ou suprimindo trechos para melhor adaptá-los ao plano e às diretrizes e sugestões para a elaboração da obra.

Isso feito, entregue ao redator, para dar-lhe uniformidade de estilo.

Por fim, o Diretor do projeto, o Presidente da Comissão de História do Exército Brasileiro, e um assessor técnico, prepararam a apresentação final de obra, antes de sua liberação pelas autoridades superiores.

No dia 14 de abril, originais levados à Biblioteca do Exército, à qual tocava a tarefa de publicar, distribuir e divulgar a obra.

Durante a elaboração do texto, e desde novembro de 1971, a Comissão de História do Exército realizou pesquisa iconográfica e providenciou esboços militares para a ilustração. À vista do tempo disponível, limitou o trabalho à seção de iconografia da Biblioteca Nacional, ao Museu Histórico Nacional, ao arquivo do Gabinete Fotográfico do Exército, à biblioteca do dr. Plínio Doyle, à Biblioteca do Exército e à sua própria. O Museu Nacional de Belas-Artes, o Arquivo Nacional e o Arquivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional também prestimosamente cooperaram nesse esforço, assim como algumas organizações militares e pessoas às quais foram solicitadas algumas peças iconográficas.

Coligadas cerca de cinco mil peças, entre fotografias, slides e cromos, das quais inúmeras, aproveitadas na ilustração do texto. Critério geral adotado: tanto quanto possível, aproveitar motivos inéditos ou não muito divulgados. Procurou-se, através da imaginação associada à fonte histórica, proporcionar criações artísticas originais, de modo que a obra não se limitasse à reprodução de motivos artísticos, conhecidos. Isso ocorreu especialmente nas páginas em cores, planejadas para dar ao leitor uma idéia sintética de cada capítulo. Por essa razão, não há outras ilustrações coloridas, registre-se, apenas, um limitado número de uniformes e condecorações.

Podemos concluir que esta obra é resultado do trabalho de numerosa equipe. Esta, além de elementos que efetivamente se empenharam, alarga-se através da colaboração indireta, prestada pelos autores dos escritos compulsados na sua elaboração. Entre livros editados, há cerca de dois mil títulos em nossa bibliografia.

Não a julgamos completa, embora volumosa, pois muitos trabalhos nela não aparecem. Acontece, principalmente, porque esta obra não tem a finalidade de abordar, com profundidade, todos os assuntos de nossa história militar terrestre.

Não sendo coletiva e, sim, produzida por equipe diversificada de duas centenas de pessoas, representando um esforço incomum em nossas letras históricas, deve padecer das limitações inerentes a esse tipo de trabalho intelectual. A elas devem somar-se outras que, por certo, a crítica apontará. A primeira, reconhecemos, provém do fato de não se tratar de obra rigorosamente científica. Para isso fazer, teríamos de utilizar, de preferência, as fontes primárias de nossa história militar, partindo de um levantamento sistemático e completo. Longe estamos, infelizmente, quer no setor dessa história, quer no da história geral do Brasil, de contarmos com uma pesquisa satisfatória. Não cabe discutir esta assertiva. Vale a lembrança como reconhecimento de uma situação de fato, que condicionou a elaboração e todo um trabalho de pesquisa, que está sendo planejado e em início de execução, e é, forçosamente, demorado.

Desta forma, julgou o Estado-Maior do Exército que não se poderia protelar, por mais tempo, a concretização de uma obra que mostrasse ao Exército e ao Povo brasileiro seu passado de lutas, em prol da conquista e manutenção dos objetivos da Nacionalidade.

Mas, assim procedendo, quis este órgão superior do Exército que, simultaneamente, se cuidasse logo do estabelecimento da pesquisa, entendida como conquista sistemática de todas as fontes do conhecimento histórico-militar. Tal tarefa incumbe, também, à Comissão de História do Exército Brasileiro.

Com a transferência do Estado-Maior do Exército para Brasília, criou este uma direção para os trabalhos de elaboração no Rio de Janeiro e a confiou à alta competência do General R/I Antônio de Souza Júnior. Na Capital da República, a Comissão passou a dedicar-se, desde fevereiro de 1971, ao estabelecimento das bases para a realização da pesquisa da qual resultará o conhecimento científico de todos os feitos, vultos e demais aspectos da força terrestre brasileira. Publicaram-se o Sistema de Classificação desses assuntos e normas para a pesquisa histórico-militar e foram realizados dois cursos experimentais para professores e alunos de História e Biblioteconomia de diversas áreas do País, com o fim de habilitá-los a fazer esse tipo de investigação. Estabeleceu-se convênio com o Projeto Rondon, com vistas à utilização de estudantes no levantamento da situação dos arquivos brasileiros, tarefa preliminar para a orientação e coordenação, quer da preservação dos acervos, quer da pesquisa estrutural.

Todo esse trabalho prossegue em 1972, a fim de serem obtidas condições para o trabalho histórico-militar básico, muito especialmente, para que a doutrina militar terrestre se apoie sempre em sólidos fundamentos nacionais.

Quando estiverem dominadas as fontes da nossa história militar terrestre, será possível passar-se às fases do seu tratamento crítico, da interpretação e elaboração histórica.

Síntese, a Comissão de História do Exército Brasileiro, com dotações orçamentárias, coordenará o trabalho da equipe de pesqui-

sadores em todo o território nacional. Os dados colhidos serão postos ao alcance dos estudiosos e de outros pesquisadores de nossa história, seja através de listas a publicar, seja da consulta direta ou da computação eletrônica. Fará, assim, o Estado, tarefa que, entre nós, só ele pode no momento realizar, dado o vulto dos recursos a empregar. E a iniciativa particular disporá de meios de conhecimento histórico, que só consegue dominar de modo restrito.

Explica-se, pois, porque esta obra recorre, quase exclusivamente, para fundamentar suas conclusões, a trabalhos já publicados. Um dia, no futuro, com a ajuda de Deus, poderemos ter outra obra com fundamentos mais sólidos.

Até lá, esperamos que esta permaneça, pelo menos, em suas linhas gerais e nos tópicos que aborda. Quer para informar, quer para contribuir para a formação do caráter do jovem brasileiro, ao evidenciar os melhores valores espirituais e morais da Nacionalidade, tradicionalmente cristã.

Lembramos que esta edição, em forma convencional, objetiva o grande público. Outras formas, nela, apoiadas, poderão surgir, aliás, em atendimentos a sugestão do Simposio ao qual nos referimos: histórias em fascículos, em quadrinhos e com ilustrações mais sugestivas, acompanhadas de legendas adequadas. O Estado-Maior do Exército muito apreciará se as editoras se interessarem pela publicação dessas modalidades de história popular, oferecendo-lhes, desde logo, o seu incentivo.

Dando por finda a missão de compendiar nossos principais feitos militares, o Estado-Maior agradece a todos os que colaboraram para que ela se tornasse uma realidade. Nas primeiras páginas, procuramos caracterizar a participação de cada um no empreendimento. E no texto, sempre que isso foi imperativo.

Não sabemos como o público a receberá. Uma realidade não poderá deixar de lhe ser apresentada: este livro é o espelho da situação atual no setor da historiografia militar terrestre, carente dos instrumentos essenciais do trabalho histórico.

Quanto ao Exército Brasileiro, que a receba como o manual, que lhe faltava, para rever-se no passado e motivar-se para as lides do presente e do futuro.

E novas páginas serão acrescidas, emoldurando na continuidade do tempo a figura da Pátria no seu grande destino. — General-de-Exército *Alfredo Souto Malan*. Chefe do Estado-Maior do Exército.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórrès)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Adalberto Sena. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> cancelou a inserção.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney.

**O SR. JOSÉ SARNEY (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem chegou aos Estados Unidos o último prisioneiro da Guerra do Vietname. Por outro lado, neste fim-de-semana, o último soldado americano deixou o Vietname, o que significa, de acordo com o Armistício

de Paris, o desengajamento da América militarmente naquele país.

Com a Guerra do Vietname, os Estados Unidos enfrentam o seu mais longo conflito, depois da luta da Secessão.

Dizem os historiadores, sociólogos e políticos do mundo contemporâneo ser ainda cedo para um exame mais profundo das repercussões desse confronto, não só perante o mundo, como dentro dos próprios Estados Unidos. É James Reston quem diz, numa síntese memorável sobre essa Guerra: os Estados Unidos se retiraram do Vietname, mas o Vietname permanecerá dentro da história dos Estados Unidos ainda por muitos anos.

A Guerra do Vietname provocou, nos Estados Unidos, repercussões de toda natureza: repercussões no respeito à autoridade, repercussões na formação da mocidade nas universidades, repercussões nos comportamentos éticos, morais, e se aponta que a década de 60, de profunda contestação dos estudantes, das minorias raciais naquele grande país, traziam no seu bojo a carga das energias psicológicas decorrentes do conflito asiático.

Os Estados Unidos entraram na Guerra do Vietname baseados na filosofia do após II Guerra Mundial. Depois da visão de Munique, de 1936, das concessões e do acomodamento, aquele homem, um simples mercceiro no Middle-West — Truman — que assumia a Presidência dos Estados Unidos com a morte de Roosevelt, iniciou a chamada Política de endurecimento, para deter a expansão do Comunismo no mundo. Resolveu, então, a ajuda militar à Grécia e à Turquia. Em seguida, criava o Plano Marshall, responsável pela reconstrução da Europa. À época, a filosofia predominante era a de que o mundo estava condenado irreversivelmente a dois blocos: um, o bloco do mundo ocidental; o outro, do mundo oriental. E essa condenação era de tal modo irreversível que esses dois blocos teriam inevitavelmente de se confrontar, através de uma guerra nuclear. A partir de então, o mundo passou a viver sob um outro tipo de guerra: a guerra fria, em que cada bloco não podia permitir que o equilíbrio de forças se modificasse.

O mundo ocidental, que tinha uma vantagem nesse equilíbrio de forças, não podia jamais deixar que em qualquer lugar esse equilíbrio pudesse aumentar. Foi essa teoria que levou os Estados Unidos aos pântanos do Vietname. Depois de 20 de julho de 1954, quando os franceses se desengajavam de responsabilidades na Ásia, os Estados Unidos iniciavam ali sua presença, não tendo assinado o Acordo de Genebra, mas se julgando responsáveis pelo seu cumprimento. Essa política determinou aquela frase de John Kennedy, que ficou célebre: "Que todas as nações fiquem sabendo que pagaremos qualquer preço, passaremos qualquer privação para garantir a sobrevivência e o êxito da liberdade. Comprometemo-nos a fazer isso e mais ainda..."

Como o mundo mudou. Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando, depois de doze anos de engajamento nesse conflito, na fala inaugural do Presidente Richard Nixon, a 20 de

janeiro deste ano, ele dizia: "Já passou a época em que a América assumia a responsabilidade pelos conflitos de outras nações ou pelo seu futuro ou se achava no direito de dizer aos outros países como deveriam conduzir os seus próprios assuntos".

Essa mudança radical na política mundial só foi possível porque ao longo desses 10 anos houve uma transformação fundamental na filosofia que levava os Estados Unidos ao Vietname. A guerra fria acabou, porque acabou, sem dúvida, a teoria do irreversível contraste atômico e político entre os blocos oriental e ocidental, de tal modo que talvez seja a falha mais extraordinária do século XX, que não tenha havido um só estadista que tenha previsto a desintegração do bloco socialista. Nenhum deles foi capaz de fazer a hipótese da secessão da China. Durante 12 anos, o mundo inteiro assistiu a uma guerra que os Estados Unidos não podiam ganhar, estavam proibidos de ganhar, porque a desintegração do mundo oriente não havia sido profetizada.

Aconteceu nestes anos um fenômeno muito mais importante, com a desintegração do bloco socialista: as afirmações nacionais passaram a ser muito mais relevantes do que a divisão entre blocos mundiais; e por isso, quando a China recusou seguir o método industrial que a União Soviética lhe impingia, escolhendo o seu próprio destino, neste dia estava morta a guerra fria.

Os analistas do mundo contemporâneo dizem que este fato aconteceu com fim das ideologias. Já o mundo não se comporta como se cada nação estivesse destinada a fazer das razões de estado uma bandeira ideológica, porque, na realidade, cada país tem hoje de lutar pelo seu próprio destino e pela sua própria afirmação nacional. Já passaram os tempos das guerras santas em que se faziam as Cruzadas para libertar o Santo Sepulcro.

Há dois meses eu passava no Sul da França e olhava uma catedral — a de Bésier — um dos palcos das guerras religiosas da Provença. E me lembrava daquele episódio em que Simon de Montfort, cruzado fanático, invadindo a cidade e todos os seus habitantes, herejes e cristãos, se refugiaram na catedral. Perguntado o que se devia fazer, ele disse: "Mate a todos. Deus saberá quais são os nossos".

Esse tempo, o mundo atual conseguiu superar. O Embaixador do Brasil em Washington, João Augusto de Araújo Castro, com o brilhantismo de sempre, já identificava, há dois anos, a mudança de poder no mundo, quando citava a frase de Mao Tsé Tung, o mais duro de todos os ideólogos contemporâneos, ao dizer: "O marxismo é apenas um instrumento da Revolução Chinesa. A China é mais importante de que qualquer doutrina."

Chegamos ao fim do conflito do Vietname e eu aqui estou, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para fazer um elogio à maior nação da Terra, que se envolveu neste conflito, mas que foi capaz de sair dele, com todas as suas cicatrizes e suas modificações. Porque se os Estados Unidos, através dos seus governos, entraram na guerra do Vietnã, foi o

povo americano quem fez a paz e saiu da guerra.

Estava eu nos Estados Unidos nos dois últimos meses da guerra, acompanhava a eleição presidencial, e posso dar testemunho, assim como todos os nossos companheiros da delegação perante as Nações Unidas, de país extraordinário como aquele que, estando em guerra com outro país, é capaz, através dos seus mecanismos institucionais internos, de discutir os seus erros, de retificar os seus caminhos, de fazer a sua contração de força. Na realidade é um país excepcional, a quem não só os próprios americanos devem render a sua homenagem, mas que o mundo inteiro, também. Homenagem de todos os países, ao maior país do mundo, que conseguiu sair na frente das nações industriais, no domínio da tecnologia e que tem instituições políticas tão fortes e tão sedimentadas. Porque se não as tivesse o mundo não teria salvação no dia em que ele conheceu a desintegração do átomo.

Lembremo-nos da Alemanha, que foi o primeiro país no mundo que conseguiu o maior domínio tecnológico no setor das armas, e, no momento em que o teve, o que quis foi dominar o mundo, esmagar as nações com a expressão da sua força, para impô-la até mesmo como se fosse uma supremacia de raça.

Albert Speer, — que foi Ministro do Armamento no tempo de Adolf Hitler, e saiu há pouco tempo da prisão de Spandau, — jovem ainda, quando se engajou no Nazismo, tem, no seu livro, que é considerado hoje como as "Confissões de Santo Agostinho", do Século XX, uma reflexão para todos os homens. Diz ele, — que era um técnico — do perigo que, tem a tecnologia quando não é servida por instituições políticas capazes de controlá-la e colocá-la a serviço dos maiores ideais. Ele faz esta revelação, e bate no peito, na vergonha terrível de um contrito que tem na mente a sombra dos campos de concentração.

Pois bem, esta é a homenagem que desejo prestar ao grande povo americano. Porque o país que dominou o mundo pela tecnologia, que foi à Lua, que tem maior indústria e se submete, através dos ideais de liberdade, de respeito pelas nações, ao invés de impor a sua força, dá ao mundo o exemplo dos ideais e das instituições poderosas que o sustentaram e o fizeram a maior nação da Terra.

País extraordinário, Sr. Presidente e Srs. Senadores, em que a liberdade vai aos limites extremos da licenciosidade, podemos dizer, em que a liberdade existe para servir o cidadão até o máximo que ele possa exigir, em que o Estado está submetido a esses interesses maiores, aos valores maiores da pessoa humana, chegando até um jornal a desencantar documentos secretos do Pentágono, julgando-se no direito de publicá-los porque achava que aquilo servia para o esclarecimento da nação americana.

Lembro-me até de uma frase do advogado Bieckel, que foi quem defendeu o New York Times, quando lhe disseram que aquilo era um problema de segurança: "Não acredito. A nação ainda sobrevive".



Pois bem! Até o setor da imprensa, pela primeira vez, a guerra do Vietnã trouxe aos Estados Unidos. Foi contestada a liberdade de imprensa pela primeira vez. O Governo procurava estabelecer um cerceamento aos limites da imprensa. Pois os Estados Unidos foram capazes, com as suas forças internas, de recusar o uso da sua força poderosa para cumprir o destino que ele tinha que cumprir e que cumpre no mundo.

Portanto, quando os Estados Unidos se retiraram, militarmente, do Vietname, achei do meu dever vir a esta tribuna para prestar a homenagem a este grande país cujas mazes, hoje como no passado, os comunistas têm interesse em mostrar perante o mundo. Hoje, há quase uma desinformação a respeito dos Estados Unidos, porque há outros interesses procurando demonstrar que eles são hoje uma nação em decadência.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, passamos algum tempo em missão para a qual esta Casa nos designou: de observador na Organização das Nações Unidas. Nunca vi tanta prosperidade nos Estados Unidos ao longo do tempo. O problema da juventude, que na década de 60 tinha sido impressionante, é hoje um problema dominado: a juventude volta ao seu leito depois da fase de contestação, e se encaminha nas Universidades, para um outro debate que não conhecíamos nos Estados Unidos há muito tempo: a sensibilidade para o problema social do mundo inteiro que passa a ser vivido dentro dos Estados Unidos.

Talvez se possa dizer uma revolução interior está sendo feita no mundo contemporâneo é aquela que se processa lá, porque eles, de uma sociedade altamente industrializada, passaram para a fase de serviços e já estão adentrando na civilização do lazer, assumindo a liderança das Artes, das Letras, da Tecnologia e mantendo firmes suas instituições políticas.

A Constituição mais antiga que existe na face da terra é a Constituição Americana. No tempo em que ela foi elaborada, ainda existia um Imperador sagrado em Roma, ainda existia um Califa em Constantinopla, ainda existia um Império Francês; na China, ainda existia um deus em Pequim, e o Imperador do Mikado exercia um poder enviado do Céu. Duzentos anos de passaram, e até hoje, dizem os juristas que o poder do presidente americano, colocado na visão da Constituição feita, baseada na Declaração da Independência que Jefferson escreveu, ainda permanece o mesmo, inalterável. E se as relações e a estrutura de poder, entre os "checks and balances", com que se fizeram a democracia americana receberam modificações ao longo do tempo, foram modificações determinadas pela própria evolução do tempo e não no âmago das instituições políticas que os mantêm.

Assim, ao contrário de julgarmos uma nação que está fazendo essa revolução interna é nação em decadência, devemos dizê-la nação em mutação. E nós estamos a salvo no mundo porque a tecnologia que eles encarnaram foi colocada a serviço da determinação histórica vinda dos seus primeiros legisladores. Se não, eles teriam imposto a for-

ça, teriam colocado os seus instrumentos tecnológicos em todo lugar e jamais sairiam do Vietname senão com a vitória militar. Mas, eles saíram com a vitória política. E, mais do que isto, hoje, quando o bloco oriental se desintegra, a China cumpre o seu próprio destino, e a Rússia não sabe como poderá assegurar sua hegemonia em face de uma Europa que se organiza, os Estados Unidos permanecem dentro do mundo ocidental baseados na força da sua doutrina inicial, que é o grande instrumento da sua unidade. Grande instrumento da sua unidade, por quê? Porque ela diz respeito a cada um de nós, do mundo inteiro, aquilo que o homem tem de mais sagrado — a sua liberdade, o seu direito pessoal.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, achei-me no dever de pronunciar estas palavras perante o Senado para dizer finalmente que somos aliados dos Estados Unidos, vinculados a ele no mundo ocidental e que fizemos as nossas instituições também baseadas nas suas instituições.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY — Pois não; eu ia terminar mas, com muita honra, concedo o aparte a V. Exa.

O Sr. Eurico Rezende — Estou, e acredito que todos estejamos, de pleno acordo com os conceitos emitidos por V. Exa. a respeito dos Estados Unidos da América. Mas, ninguém pode negar, de permeio com a exaltação do sentimento liberal imutável da grande Nação do Norte, que esse prestígio econômico decorre também da sua influência, que os Estados Unidos procuram exercer em muitos países desenvolvidos, em alguns países em reconstrução, e em todos os países subdesenvolvidos, com rara exceção. Essa influência econômica, captadora de recursos para o fortalecimento da própria economia dos Estados Unidos, justifica-se no momento, e durante algum tempo ainda, porque aquela nação tem a tarefa esmagadora de ser o arsenal da democracia no mundo. Todos nós justificamos essa influência americana sobre quase todos os países do hemisfério ocidental; mas ela deve cessar, e cessará quando os Estados Unidos conseguirem realizar o ideal da intervenção pacífica entre o capitalismo e o comunismo. Por outro lado, é fato que há distorções, que há influências negativas cometidas e exercidas pelos Estados Unidos no mundo; isto existe. Mas essa situação deverá cessar quando, pela pacificação geral, os Estados Unidos não necessitarem mais de se constituírem, de se manterem como o arsenal da democracia e, por via de consequência, principal defensor da liberdade no mundo.

O SR. JOSÉ SARNEY — Muito obrigado pelo aparte de V. Exa., Senador Eurico Rezende. Não tive a honra de que V. Exa. assistisse ao início do meu discurso, em que tive oportunidade de examinar como mudou a estrutura do poder, no mundo, nesses últimos anos. E foi sob esse enfoque da mudança da estrutura do poder mundial que pronunciei todo meu discurso. Mudança que, hoje, não é só em teoria nem nas palavras. O Sr. Henry Kissinger esta-

beleceu a teoria de um novo pentágono de poder, substituindo aquele que veio, depois da II Grande Guerra, da Inglaterra, da França, da Rússia e da China, do General Chiang-Kai-Chek.

Já hoje, ele diz, a teoria americana em face da qual os Estados Unidos se tem descompromissado da função de policial do mundo, é de que hoje a estrutura de poder deve ser modificada e para a realidade mundial deve ser feita outra estrutura, a qual o Sr. Kissinger preconiza: Os Estados Unidos, a Europa Ocidental, a Rússia, o Japão e a China Continental. É certo que, como ontem, cometeu as omissões do futuro. Mas, esse assunto é outro.

V. Exa. tem razão quando diz que os Estados Unidos tem cometido, pelo longo de sua história, injustiças profundas em relação a muitas nações. Não é esse o exame que faço neste discurso. Porque, caso o fizéssemos hoje já teríamos de reconhecer e verificar que dentro dos próprios Estados Unidos, ninguém mais do que o governo e o seu povo, combatem as companhias multinacionais que são apátridas, e não representam o povo norte-americano, porque se disseminaram pelo mundo inteiro, para ter lucro e para servir a outra destinação: a um ideal mercantil. Ainda ontem, pela manhã — estou derivando o meu discurso —, lia um resumo de Mitteraud, no seu livro "La rose au poing" onde ele prevê dentro de mais alguns anos, o grande perigo das companhias multinacionais, e que somente uma delas terá mais força do que qualquer Estado e poderá decidir boa parte do nosso futuro. Essas companhias extrapolam a própria economia americana e não podem ser identificadas com o povo americano. Por isso é que tive oportunidade de louvar, nesta Casa, as instituições políticas americanas, capazes de manter um país durante 200 anos, transmitindo de 8 em 8 anos o poder normalmente, através de eleições, e capazes de atravessar guerras e modificações no panorama e na estrutura do mundo inteiro. E essas instituições políticas permanecem há duzentos anos, porque são as melhores que o homem já concebeu na face da terra. Elas propiciaram à Nação atravessar tudo isto, e, até mesmo, como V. Exa. admite, o saque que ela fez em alguns outros lugares para poder assumir suas responsabilidades. E depois reflexionar-se, para, com a própria dinâmica das suas forças, continuar capaz de sempre levar avante o ideal primeiro que lhe fizeram defender os direitos do homem.

O Sr. José Lindoso — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY — Com muita honra ouço a V. Exa.

O Sr. José Lindoso — Nobre Senador, V. Exa. traz ao Senado tema que honra os debates desta Casa e é profundamente fascinante porque representa um convite à reflexão sobre a problemática do mundo. V. Exa. presta homenagem ao povo americano e ao Governo dos Estados Unidos pelo término da guerra do Vietnã. É verdade que há dúvidas entre os comentaristas internacionais: será que a guerra terminou? Mas, formalmente, com o Tratado de Paris, estamos

assistindo ao ensarilhar das armas, ao cessar-fogo. V. Exa. justifica brilhantemente essa homenagem a que todos nós nos associamos, na solidariedade continental e pelos princípios maiores de amor à paz e à justiça, que animam a formação cultural brasileira. Verificamos que esses problemas de liderança mundial foram tratados por Toynbee, em um ensaio famoso quando mostra que a Inglaterra, no século XIX despertou o ódio das nações menos favorecidas, quando liderava o colonialismo através de iniciativas privadas. E há poucos dias, liamos John Kenneth Galbraith, num livro extraordinário que está nas livrarias, "Economia, Paz e Humor". Tratando de assuntos tão sérios, de vez em quando insere uma ironia profunda e um humor delicioso. Cuida ele extamente, das responsabilidades dos Estados Unidos e, na sua posição contrária ao conflito do Vietnã, demonstra a necessidade de se reformar toda a estrutura de pensamento e de conduta do Governo americano, através de uma missão maior, que é a missão de paz. E as reflexões de V. Exa., agora, quando, evidentemente, no decurso desses anos todos do após II Guerra Mundial, modificou-se o sistema de forças, me levam a perguntar se, naquele instante em que os Estados Unidos se aliaram à Rússia e à Inglaterra e fez-se então a grande campanha para a defesa da Democracia ameaçada mortalmente pelo poderio do III Reich, o diálogo que Roosevelt estabeleceu com Stalin, tão distante ainda ideologicamente um do outro, não se repete hoje, numa outra forma, com diversa significação, não só com a visita de Nixon a Moscou, mas também com essa experiência extraordinária para um sonho de paz e de esperança no mundo, que é a de tripulação de uma nave espacial com técnicos e astronautas russos e americanos num próximo programa espacial? O desejo de todos nós num mundo realmente cansado de angústias, é de paz, que, entretanto, só se fará com justiça. Tão longe, porém, está o mundo, cheio de pobreza, e de programa diversificado entre as nações, de buscar realmente essa justiça. Cumpre, no entanto a todos nós, no Brasil, que se constitui numa potência que surge, animados desse espírito de paz e justiça, trabalhar para que as injustiças da pobreza dos países subdesenvolvidos sejam corrigidas, não com canhões e fuzis, mas pela palavra, pelo entendimento, pela cooperação técnica e pela solidariedade.

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Muito obrigado, Senador José Lindoso. Vê V. Ex. que esse tema é tão fascinante, tão vasto que recebe águas de afluentes grandes e pequenos, de todos os matizes, para o debate. O subdesenvolvimento, as questões da miséria do mundo, evidentemente, não são matérias para simples discursos, mas matéria para a universalidade do conhecimento, no passado e no presente, sempre a angústia do gênero humano:

**O Sr. Osires Teixeira** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Com prazer, nobre colega.

**O Sr. Osires Teixeira** — V. Exa. está fazendo na tarde de hoje, nobre Senador, um

discurso dos mais importantes que já ouvimos nesta Casa, discurso que levará, sem dúvida nenhuma, todos os homens públicos deste País a lê-lo e meditá-lo mesmo porque V. Exa. conduz o seu pronunciamento não a meras manifestações de satisfação pela saída dos Estados Unidos da América da Guerra do Vietnã, mas por emitir conceitos das razões determinantes da entrada e dos efeitos da saída dos Estados Unidos do conflito. Anotei na oração de V. Exa., uma expressão que me permito repetir, pela importância que a mesma me parece ter. V. Exa., se não me falha a memória, dissera, a certa altura, que se é verdade que algum governo americano fez a Guerra do Vietnã, a saída dos Estados Unidos da América desta guerra é uma vitória do povo americano. Parece-me, eminente Senador, a cristalização da saída americana da guerra uma glória ao povo americano, capaz de se sobrepor aos grandes poderes superestatais existentes na América e que queriam a Guerra do Vietnã e que, possivelmente, não muito longe, hoje ou amanhã, vão querer outras guerras. Glória ao povo americano que rompeu o dique e fez com que o Governo dos Estados Unidos da América, através do seu povo ativo e altaneiro, saísse da guerra, não como derrotado, mas como grandes vitoriosos, reafirmando-se como nação que é líder do Ocidente.

**O SR. JOSÉ SARNEY** — O aparte de V. Ex. me dá uma grande satisfação, porque vejo que V. Exa. me concede o prazer de sentir que apreendeu o alvo das minhas palavras. Na realidade, tive a oportunidade de dizer, ao longo do meu discurso, que os governos dos Estados Unidos — porque não foi um só — engajaram o país militarmente no Vietnã a partir de 1957. Durante a campanha de 1964, quando, de um lado, estava Goldwater e do outro lado Landon Johnson, aquele pediu que fosse adotada uma política violenta, recusada por Johnson na campanha e executada por ele no Governo, com a chamada escalada. Como ironia da História, na véspera da paz, antes que pudesse vê-la firmada morria aquele rude texano, como morria, um pouco antes, aquele outro homem simples que determinara o início da Guerra Fria, e que foi assumado à presidência e tomou a decisão histórica, dura e difícil, cuja sombra persegue, até hoje, os presidentes americanos de ordenar os bombardeios de Hiroxima, que foi o Sr. Harry Truman. Truman, não preparado para estas responsabilidades, veio a assumi-las, substituindo um estadista como Roosevelt, ao lado dos grandes, nas conferências que se fizeram no após guerra.

Foi o Truman da época áurea, não o dos últimos anos, aquele Truman a quem o poder de uma solidão profunda, também modificara, que passou a ser um homem irritado que mandou construir um balcão nas fachadas da Casa Branca, desmanchando a sua unidade arquitetônica, e ao qual os filhos do Presidente Kennedy chamavam o **Truman balcão**, que até hoje existe na Casa Branca. Era um outro Truman, que fazia uma carta a um jornalista que se recusava a

desdizer que a sua filha era uma péssima cantora. Ele também morreria poucos dias antes do término da Guerra.

Então, dizia eu, se vários governos americanos são responsáveis por esse engajamento, se deve dizer também que quem fez a paz foi o povo americano, porque se este não tivesse a consciência da paz, ela jamais ocorreria. Esta a grande homenagem que se deve e venho fazer, hoje, com estas palavras, perante o Senado brasileiro. E, ao mesmo tempo que profiro este discurso, quis identificar qual seria o magnetismo interior, a força poderosa que fez com que esta Nação pudesse atravessar estes abismos todos? Passou o tempo das nações messiânicas, quando um povo era destinado a salvar todo o Mundo, em que alguns países eram privilegiados. E é justamente isto que o presidente de uma nação que é privilegiada, da maior nação do mundo, vem dizer que se recusa ao uso da força, que, hoje, reconhece que os Estados Unidos não podem ser mais responsáveis, em qualquer lugar do mundo, por ninguém, que cada povo tem o direito de cumprir o seu destino.

Por isso é que nós, hoje, como brasileiros, podemos partir e emergir para ser uma grande potência, porque o mundo está a salvo do perigo atômico, do poder absoluto. Podia não estar se as poderosas instituições políticas americanas não tivessem sempre freado o país, renunciando ao uso da sua força para impor sua doutrina ao mundo, aceitando a política da convivência, do diálogo, da discussão, da negociação, da paz e do acordo. Grande nação a que pode discutir sua própria guerra e dela sair para não fazer todos nós entrarmos no túnel da destruição total.

Para terminar, identificando-nos com as instituições políticas americanas, façamos uma só pergunta: qual o milagre americano. E há uma só resposta: o milagre americano é o milagre da liberdade!

Muito obrigado. **(Muito bem! Muito bem! Palmas.)**

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Waldemar Alcântara.

**O SR. WALDEMAR ALCÂNTARA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

Comparecem mais os Senhores Senadores:

Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Dinarte Mariz — Milton Cabral — Paulo Guerra — Wilson Campos — Luiz Cavalcante — Leandro Maciel — Heitor Dias — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Fernando Corrêa — Saldanha Derzi.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres)** — Findo o período destinado ao Expediente. Presentes na Casa 43 Srs. Senadores.



Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4, de 1973 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu parecer nº 1, de 1973), que autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operações de empréstimos externos destinadas a financiar a aquisição de máquinas para o projeto de desenvolvimento da agricultura, tendo

PARECER, sob nº 2, de 1973, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Esgotada a matéria da pauta.

Sobre a mesa, redação final do projeto de resolução aprovado na Ordem do Dia de hoje e que, nos termos do parágrafo único do art. 358 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lida pelo Sr. 1º Secretário. (Pausa.)

É lida a seguinte

**COMISSÃO DE REDAÇÃO****PARECER**

Nº 8, de 1973

Relator: Senador Ruy Carneiro

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 4, de 1973, que autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operações de empréstimos externos destinadas a financiar aquisição de máquinas para o projeto estadual de desenvolvimento da agricultura.

Sala das Comissões, em 2 de abril de 1973.  
— José Lindoso, Presidente — Ruy Carneiro, Relator — Wilson Gonçalves.

**ANEXO AO PARECER**

Nº 8, DE 1973

Redação final do Projeto de Resolução nº 4, de 1973

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso IV, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO**

Nº DE 1973

Autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operações de empréstimos externos destinadas a financiar a aquisição de máquinas para o projeto estadual de desenvolvimento da agricultura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Governo do Estado de Goiás autorizado a realizar, através do Banco do

Estado de Goiás S.A., ou diretamente, operações de empréstimos externos, até os montantes de US\$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos) e L 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de liras italianas) ou seus equivalentes em outras moedas, de principal, com financiadores estrangeiros, destinadas a financiar a aquisição de tratores americanos da marca "Caterpillar" e italianos da marca "Fiat", para serem empregados no desenvolvimento do programa estadual de ampliação da área agricultável.

Art. 2º As operações de empréstimos realizar-se-ão nos moldes e termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, às taxas de juros, despesas operacionais, prazos, acréscimos e condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, para registro de empréstimos da espécie, obtidos no exterior, obedecidas as demais exigências normais dos órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal e, ainda, o disposto na Lei Estadual nº 7.501, de 18 de maio de 1972.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Sobre a redação final que vem de ser lida, há requerimento de dispensa de publicação, que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

**REQUERIMENTO**

Nº 16, de 1973

Nos termos do art. 359 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 4, de 1973, que autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operações de empréstimos externos destinadas a financiar a aquisição de máquinas para o projeto estadual de desenvolvimento da agricultura.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1973.  
— Senador Osires Teixeira

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Em consequência da aprovação do requerimento, passa-se à imediata apreciação da

Redação final do Projeto de Resolução nº 4, de 1973 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu parecer nº 1, de 1973), que autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operações de empréstimos externos destinadas a financiar a aquisição de máquinas para o projeto estadual de desenvolvimento da agricultura, tendo

Parecer, sob nº 2, de 1973, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada. O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há orador inscrito para esta oportunidade.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a Sessão.

Designo para a próxima a seguinte

**ORDEM DO DIA****TRABALHOS DAS COMISSÕES**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 50 minutos.)

**ATA DA 16ª SESSÃO, REALIZADA EM 30-3-73**

(Publicada no DCN — Seção II — de 31-3-73.)

**Retificação**

No Projeto de Resolução nº 5/73, que "altera dispositivo do Regimento Interno":

Na página 369, 1ª coluna, na ementa do projeto,

Onde se lê:

Altera o dispositivo do Regimento Interno.

Leia-se:

Altera dispositivo do Regimento Interno.

No Art. 1º,

Onde se lê:

... colocando sobre a mesa, ...

Leia-se:

... colocando sobre a mesa, ...

O SR. ARNON DE MELLO — (Como Líder, em nome da Maioria pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há poucos meses atrás, por duas vezes, ocupei esta tribuna para falar a respeito do projeto de lei que criava o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, submetido ao exame do Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República. Tive, então, oportunidade de tecer comentários sobre a extremamente difícil situação do povo brasileiro em matéria de alimentação e nutrição, ressaltando a imensa importância do projeto e manifestando a minha confiança em que o programa que em decorrência dele seria instituído — o PRONAN — atenderia às exigências requeridas pela solução do grave problema:

**O PRONAN**

Conforme li nos jornais desta manhã, o Primeiro Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — PRONAN —, que terá a duração do Plano Nacional de Desenvolvimento, ou melhor, vigorará até 31 de dezembro de 1974, e será continuado pelo segundo, a vigorar de 1975 a 1979, — foi instituído ontem pelo Chefe da Nação. Respondendo aos apelos da realidade brasileira, o PRONAN orientará, coordenará, estimulará e

aperfeiçoará os esforços públicos e privados "no sentido de elevar os padrões alimentares e nutricionais da população brasileira".

Concorre, assim, o PRONAN para:

a) reduzir a taxa de mortalidade, causada pela desnutrição;

b) minorar a incidência de deficiências físicas, mentais e sensoriais decorrentes da desnutrição;

c) diminuir a frequência de doenças parasitárias e carências alimentares específicas ligadas à desnutrição;

d) elevar os índices de aproveitamento escolar, inclusive pela redução das taxas de evasão e reprovação na escola; e

e) aumentar a produtividade da força-de-trabalho e melhorar as condições de acesso do homem na escala social.

Em tais condições, serão alcançados os seguintes objetivos:

a) proteger e valorizar os recursos humanos em formação, sobretudo os dos grupos materno-infantil e escolar;

b) orientar a população em geral a selecionar e utilizar mais adequadamente os alimentos disponíveis, contribuindo para um melhor equilíbrio do orçamento familiar;

c) combater as carências nutricionais de maior disseminação e mais graves consequências sobre a saúde pública e o desenvolvimento econômico-social;

d) incrementar a produção de alimentos essenciais, principalmente os de maior valor protéico, cuja demanda deverá ser intensificada com as atividades do próprio PRONAN e a aceleração do progresso econômico do Brasil; e

e) desenvolver a tecnologia do processamento de alimentos de elevado valor nutritivo e incentivar sua industrialização, com o propósito de aumentar as suas disponibilidades, reduzir os custos respectivos e atender às necessidades nutricionais não só dos grupos assistidos pelo PRONAN, mas também da população em geral.

De acordo com essas finalidades e esses objetivos, o PRONAN promoverá:

a) assistência alimentar e a educação nutricional;

b) a recuperação de desnutridos;

c) o controle médico-social dos beneficiários de suas atividades de assistência alimentar; e

d) a pesquisa e a produção de alimentos essenciais.

No período 1973/1974, o PRONAN visa-rá às metas principais seguintes:

1 — prestar assistência alimentar a 315.000 e 345.000 gestantes e nutrízes, 1.600.000 e 1.760.000 lactentes e pré-escolares, e 11.000.000 e 12.000.000 escolares matriculados em estabelecimentos oficiais de ensino de primeiro grau, respectivamente em 1973 e 1974;

2 — proporcionar educação nutricional à população brasileira em geral, através dos meios de comunicação de massa e de iniciativas voltadas especificamente

para os beneficiários da assistência alimentar;

3 — promover a recuperação de desnutridos;

4 — concorrer para o combate a carências nutricionais específicas, sobretudo a protéico-calórica, as anemias ferroprivas, as avitaminoses e o bócio endêmico, bem como contribuir para o aumento da resistência das populações assistidas a doenças infecciosas e outras;

5 — promover, incentivar e orientar a pesquisa científica e tecnológica, alimentar e nutricional; e

6 — contribuir para estimular a produção de alimentos essenciais à dieta humana.

Para a consecução das metas acima, serão tomadas as providências adicionais seguintes:

1 — realizar estudos, pesquisas e análises sobre a situação alimentar e nutricional brasileira que sejam necessários à formulação, execução e avaliação do PRONAN, de seus subprogramas e projetos; e

2 — promover o recrutamento e o treinamento do pessoal indispensável ao funcionamento do INAN e à execução do PRONAN, seus subprogramas e projetos.

## PIONEIROS

Transcrevi de propósito vários tópicos do 1º PRONAN para melhor destacar sua importância. Vê-se que através dele somos pioneiros na enunciação de uma política integrada de nutrição, abrangendo todos os setores a ela ligados. Realmente, pela primeira vez no Brasil e no Mundo subdesenvolvido surge um programa de tal gênero. O que há na América Latina, por exemplo, como na Índia e na África, são institutos de pesquisa, projetos pilotos limitadíssimos. Somente na Colômbia existe um programa de maior importância mas sem a amplitude do nosso. O PRONAN é um gigante que alcança todos os pontos fundamentais da nutrição.

## PROGRAMA REALISTA

Anoto-se, por outro lado, que as iniciativas aqui tomadas em tal setor eram baseadas em alimentos importados do estrangeiro ou de outras regiões do País. Enfrentavam problemas de transporte, que encareciam o produto, como o bacalhau da Noruega e o leite em pó, e problemas de modificação dos hábitos alimentares das populações. Enquanto isso, o PRONAN vai desenvolver a produção de gêneros locais e de mais valor nutritivo, de mais proteínas vegetais, de custo mais reduzido, e de mais calorias. O PRONAN não tem nada de mirabolante. Não pretende estimular a pecuária de corte nem a produção de leite mas desenvolver a agricultura de subsistência. É um programa realista, que vai ser aplicado com recursos nossos, não depende de ajuda externa, como o atual de alimentação escolar, cujos recursos vêm em 80% do exterior.

O PRONAN não é paternalista, não faz doação de alimentos. Ao contrário do que

anteriormente se verificava, todo alimento vai ter seu preço, que será o que o consumidor puder pagar, ainda que seja pagamento bem reduzido, simbólico. E calcula-se que tal providência representará uma contribuição de cerca de setenta milhões de cruzeiros.

Disporá o PRONAN de uma dotação de 450 milhões de cruzeiros para aplicar em 1973. Tem-se uma idéia do que significa isso quando se sabe que em tal setor o máximo que até hoje o Governo Federal despendeu foram 40 milhões de cruzeiros, isto é, menos de dez por cento da importância destinada este ano ao PRONAN. E anote-se que tais recursos serão gastos em nove meses, vale dizer que correspondem este ano a 600 milhões de cruzeiros, ou seja, cem milhões de dólares.

Não há dúvida que é apreciável a soma de recursos agora alocados ao PRONAN, sobretudo tendo-se em vista o que anteriormente se despendia com o problema. Mas convenhamos em que ela é pequena demais se se considera o infinito das necessidades alimentícias e nutritivas das nossas populações pobres. É de esperar, portanto, que as verbas do PRONAN sejam substancialmente elevadas mais para diante.

## QUATRO CAPÍTULOS

O PRONAN se constitui de quatro capítulos, cada qual de maior importância. O primeiro é o de assistência alimentar aos grupos vulneráveis, mais sujeitos aos assaltos da desnutrição e das doenças por ela provocadas.

O segundo refere-se à educação nutricional ministrada não só especificamente aos grupos vulneráveis mas também à população em geral.

O terceiro atuará diretamente no setor de produção de alimentos essenciais, e se divide em dois tipos: o primário, da agricultura; e o secundário, da industrialização.

Em convênio com a ABCAR e talvez mesmo com o INCRA, o INAN promoverá cursos, um dos quais já se iniciará em Recife no próximo mês de abril, visando ao estímulo da produção de feijão, milho, arroz e hortigranjeiros, com a implantação também de hortas escolares e familiares. O programa prevê ainda para este ano sete mil hortas.

Finalmente, o PRONAN cuidará da pesquisa dos alimentos, do seu diagnóstico, e do treinamento do pessoal.

## REVALORIZAÇÃO DAS NOSSAS FRUTAS

Cuida o PRONAN de revalorizar a fruta indígena. Em nosso território imenso, muita árvore frutífera é desconhecida e os seus frutos não se comem, apodrecem. Aproveitamos talvez pouco mais de uma dúzia das nossas frutas nativas. Há por exemplo no Pará a bacaba, cujas qualidades não se conhecem. Em Goiás, já se aproveita o piqui, que se come com arroz e é a carne frutífera.

Aqui mesmo em Brasília existe uma chácara com 70 árvores de frutas diferentes mas de consumo reduzidíssimo num País em que o problema de alimentação e nutrição ganha cores verdadeiramente negras.

Todas essas frutas, desconhecidas ou limitadas ao consumo local, vão ser analisadas pelo PRONAN, e atrairão naturalmente o consumo nacional.

Depois de analisá-las, o PRONAN divulgará folhetos com informações a respeito de cada uma, desde o seu valor alimentício até a maneira de comê-las.

### EMPRESA PÚBLICA

Congratulando-me com Sua Excelência o Senhor Presidente da República pelo seu ato, de tão profunda significação para o futuro do povo brasileiro, estimaria juntar aos meus aplausos duas sugestões que por certo já devem estar sendo devidamente consideradas pelo Governo.

Tão importante é o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição que me parece deveria ele constituir empresa pública, em vez de autarquia vinculada ao Ministério da Saúde. Como empresa pública, o INAN ficaria mais livre para atuar e cumprir as suas finalidades.

Não se alegue que o Decreto Lei número 200 não o permite, visto como em seu artigo 5º, número 11, considera empresa pública a "entidade criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa". Não me parece difícil que, dentro de suas atribuições, possa o INAN exercer atividade econômica. No momento em que se inicia o seu funcionamento, vale considerar a possibilidade de mais para o futuro torná-lo empresa

pública, com o que se lhe asseguraria um futuro maior. É na sua organização que se preveja essa possibilidade, dando-lhe desde logo o sentido de empresa.

### ASSISTÊNCIA ALIMENTAR AO TRABALHADOR

Outra sugestão que me animo a fazer é referente à assistência alimentar ao trabalhador. A medida seria talvez prematura se inserida desde logo no PRONAN, porque poderia criar uma superexpectativa entre os trabalhadores. Mas seria o caso de estudar a possibilidade de tomá-la, pois boa alimentação é produtividade. Evidentemente não haveria conveniência em construir restaurantes em todas as fábricas, o que, além de exigir numerosos nutricionistas, encareceria os custos, mas poder-se-ia instalar cantinas nas fábricas ou implantar cozinhas centrais, que distribuiriam aos trabalhadores refeições, acondicionadas em plástico.

Em portaria recente, de há dois meses, se bem me lembro, o Senhor Presidente do INPS estabeleceu que o empregador que forneça refeição ao empregado pode, para compensar-se da despesa, deduzir uma percentagem do que tem de pagar ao Instituto. Contratando com o empregador o fornecimento de refeições, o INAN estaria cumprindo uma de suas finalidades precípuas.

### CAMPANHA EDUCACIONAL

Sr. Presidente, não é preciso repetir que alimentação se liga à educação. O programa é excepcionalmente bom, mas vale acentuar

a importância do seu relacionamento com uma campanha educacional, já aliás prevista, que ensine aos brasileiros o valor dos alimentos. Tivemos há pouco tempo a campanha da limpeza da cidade, com o Sugismundo, e alcançamos pleno êxito. Creio que ainda melhores resultados terá uma campanha em favor da boa alimentação que diz mais diretamente com o interesse de cada um de nós. Quem não se sensibilizará com o conhecimento do valor dos alimentos, da quantidade de calorias e proteínas de que precisa o nosso organismo, das vitaminas e sais minerais necessários à manutenção da saúde e da vida?

### VOLTA ÀS ORIGENS

Srs. Senadores, antes de concluir, cumpre ressaltar que pela primeira vez no Brasil se abrem as portas para que todas as forças vivas da Nação possam atuar no campo alimentar. Até agora, quem quer que se dispusesse a fazê-lo não tinha um órgão ao qual se dirigir.

Frize-se, por outro lado, que a política do INAN, revalorizando o que é nosso, é uma volta às origens. Não queremos pós-mágicos nem alta tecnologia para encaminhar a solução do grave problema alimentar do povo brasileiro. Queremos apenas sacudir a árvore, e os frutos cairão.

Povo subalimentado é povo subdesenvolvido. E nós, que estamos saindo do subdesenvolvimento, não podemos deixar de considerar na sua real importância um problema de cuja solução depende o desenvolvimento.

Congratulações ao Governo Federal e congratulações ao povo brasileiro. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

## ATA DAS COMISSÕES

### GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

#### RESOLUÇÃO Nº 6

(Da Comissão Deliberativa)

Aprova o Orçamento da Receita e da Despesa do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar para o exercício de 1973.

A Comissão Deliberativa, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14, inciso I, letra j, do Regulamento aprovado a 4 de dezembro de 1972, e atendendo ao que consta da ata de sua reunião realizada nesta data, RESOLVE aprovar o seguinte orçamento da receita e da despesa para o exercício em curso:

### RECEITA

#### 1) Dotações orçamentárias

	Cr\$	Cr\$
a) do Senado Federal .....	250.000,00	
b) da Câmara dos Deputados .....	400.000,00	650.000,00
2) Recolhimento de contribuições regimentais (3% sobre ajudas de custo pagas) .....		10.413,39
3) Saldo transferido do exercício de 1972 .....		19.986,61
Total .....		670.400,00

### DESPESA

1) Ajudas de custo e passagens da Delegação à Conferência de Helsin-ki, na Finlândia .....	35.062,72
2) Ajudas de custo e passagens da Delegação à Reunião Interparlamentar de Abidjan, na Costa do Marfim ..	164.750,00
3) Ajudas de custo e passagens da Delegação à conferência Interparlamentar de Santiago, no Chile .....	350.000,00
4) Ajudas de custo e passagens da Delegação ao Simpósio Internacional de Documentação Parlamentar, em Genebra, Suíça .....	32.000,00
5) Gratificação do Pessoal .....	30.000,00
6) Despesa com hospedagem, passagens, recepções oferecidas pelo Grupo a Delegações estrangeiras, correspondência, material de consumo, traduções, versões, cursos, seminários, ajustes de serviços técnicos ou administrativos, e outros .....	58.287,20
Total .....	670.400,00

Na execução do orçamento da despesa, observar-se-á o disposto no parágrafo único do artigo 38 do Regulamento e as tabelas do orçamento analítico assinado pelo Tesoureiro.

Brasília, 13 de março de 1973 — *Tarso Dutra*, Presidente — *Raimundo Diniz*, Secretário.

### COMISSÃO MISTA

**Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 3, de 1973 (CN), que "destina recursos para a formação de estoques de combustíveis".**

**ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1973**

Às dez horas do dia trinta de março de mil novecentos e setenta e três, no Auditório do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Virgílio Távora, Arnon de Mello, Ney Braga, João Cleofas, José Sarney, Magalhães Pinto, Geraldo Mesquita e Fausto Castelo-Branco e os Srs. Deputados Otávio Cesário, Alberto Hoffman, Bento Gonçalves, Wilmar Dallanhol, Rui Bacelar e Freitas Diniz, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 3, de 1973 (CN), que "destina recursos para a formação de estoques de combustíveis".

Cumprindo determinação do parágrafo segundo do artigo dez, do Regimento Comum, o Sr. Senador Magalhães Pinto assume a Presidência e declara instalada a Comissão, determinando, em obediência a preceito regimental, as providências necessárias para se proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Após a distribuição das cédulas, são convidados para escrutinadores o Senador Arnon de Mello e o Deputado Freitas Diniz.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

#### Para Presidente

Deputado Bento Gonçalves — 13 votos  
Em branco — 1 voto

#### Para Vice-Presidente

Deputado Harry Sauer — 13 votos  
Em branco — 1 voto

O Senhor Presidente declara eleitos Presidente e Vice-Presidente, os Deputados Bento Gonçalves e Harry Sauer, respectivamente.

Assumindo a presidência, o Deputado Bento Gonçalves agradece a escolha do seu nome para tão alto cargo e designa Relator da matéria o Senador João Cleofas, conforme determina o parágrafo terceiro do artigo dez do Regimento Comum.

A seguir, o Sr. Presidente comunica que a Comissão receberá emendas nos dias 31.03 e 1º, 2, 3, 4, 5, 6 e 7.04, e convoca os Senhores membros da Comissão para uma reunião, a realizar-se no dia 11 (onze) de abril do ano em curso, no Auditório do Senado Federal, às 17:30 horas, para discutir e votar o parecer do Relator sobre o projeto em estudo.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente de Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e demais membros. — Senadores Virgílio Távora — Arnon de Mello — Ney Braga — João Cleofas — José Sarney — Magalhães Pinto — Geraldo Mesquita — Fausto Castelo-Branco — Deputados Otávio Cesário — Alberto Hoffman — Bento Gonçalves — Wilmar Dallanhol — Rui Bacelar — Freitas Diniz.

### AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 31 (trinta e um), 1º (primeiro), 2 (dois), 3 (três), 4 (quatro), 5 (cinco), 6 (seis) e 7 (sete) de abril.

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao andar térreo do Anexo II do Senado Federal, nos horários das 9:00 (nove) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: Dia 07, às 19:00 horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias.

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 horas (vinte e quatro horas) constantes do § 2º do artigo 11 do regimento comum, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do relator perante a Comissão dar-se-á no dia 11 (onze) de abril, às 17:30 horas, no Auditório do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 30 de março de 1973. — Deputado Bento Gonçalves. Presidente.

### COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Bento Gonçalves

Vice-Presidente: Deputado Harry Sauer

Relator: Senador João Cleofas

#### Senadores

#### ARENA

1. Virgílio Távora
2. Arnon de Mello
3. Ney Braga
4. João Cleofas
5. Mattos Leão
6. José Sarney
7. Magalhães Pinto
8. Geraldo Mesquita
9. Fausto Castelo-Branco
10. Paulo Guerra

#### Deputados

1. Otávio Cesário
2. Alberto Hoffmann
3. Bento Gonçalves
4. Wilmar Dallanhol
5. Ricardo Fiúza
6. Roberto Gebara
7. Rui Bacelar
8. Sousa Santos

#### MDB

1. Nelson Carneiro

1. Freitas Diniz
2. Athiê Coury
3. Harry Sauer

### CALENDÁRIO

- Dia 29-3 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;  
Dia 30-3 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;  
Dias 31.3; 1º, 2, 3, 4, 5, 6 e 7-4 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;  
Dia 11-4 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 17:30 horas, no Auditório do Senado Federal;  
Até Dia 18-4-73 — Apresentação do parecer, pela Comissão;  
Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, a ser convocada tão logo seja publicado e distribuído em avulso o parecer da Comissão.

#### Prazo:

Início, dia 30-4-73; e término dia 8-5-73.  
Assistente: Daniel Reis de Souza — Subsecretaria de Comissões — Serviço de Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito — Andar Térreo do Anexo II — Senado Federal — Telefone: 24-8105 — Ramais 303 e 675.

### COMISSÃO MISTA

**Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 4, de 1973, que autoriza a Comissão Nacional de Energia Nuclear a integralizar parcialmente o capital social autorizado da Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear.**

**ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1973.**

Às dez horas e trinta minutos do dia trinta de março do ano de mil novecentos e setenta e três, no Auditório do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Eurico Rezende, Virgílio Távora, Arnon de Mello, Luiz Cavalcante, Heitor Dias, Cattete Pinheiro e Fernando Corrêa e os Senhores Deputados Gonzaga Vasconcellos, Susumu Hirata, Rozendo de Souza, Rogério Rêgo, Garcia Neto, Lisâneas Maciel e Freitas Diniz, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 4, de 1973.

Em cumprimento ao que determina o parágrafo segundo do Artigo dez, do Regimento Comum, o Senhor Fernando Corrêa, assume a Presidência e declara instalada a Comissão, determinando, em obediência a preceito regimental, as providências necessárias para se proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Sr. Presidente convida para funcionar como escrutinador o Senhor Senador Heitor Dias.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

#### Para Presidente:

Senador Luiz Cavalcante — 13 votos  
Em branco — 1 voto

#### Para Vice-Presidente:

Deputado José Camargo — 13 votos  
Em branco — 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Senador Luiz Cavalcante e Deputado José Camargo.

Assumindo a presidência, o Sr. Senador Luiz Cavalcante agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa Relator da matéria o Senhor Deputado Pedro Colin, conforme determina o parágrafo terceiro do Art. 10 do Regimento Comum, passando a ler o Art. 11 e seus parágrafos, do citado Regimento, que regerão os trabalhos da Comissão.

A seguir, o Senhor Presidente convoca a Comissão para se reunir no dia 11 (onze), de abril, às 11:00 horas, no Auditório do Senado Federal, a fim de discutir e votar o parecer do Senhor Relator sobre a matéria.

Concluindo, o Senhor Presidente comunica que as emendas deverão ser apresentadas nos dias 31 (trinta e um) de março a 7 (sete) de abril, perante a Secretaria da Comissão, nos horários das 9:00 às 19:00 horas e, durante a noite, quando houver Sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Leda Ferreira da Rocha, assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Senadores Eurico Rezende — Virgílio Távora — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Heitor Dias — Cattete Pinheiro — Fernando Corrêa — Deputados Gonzaga Vasconcelos — Sussumu Hirata — Rozen-do de Souza — Rogério Rêgo — Garcia Neto — Lisâneas Maciel — Freitas Diniz.

#### AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 31 (trinta e um), 1º (primeiro), 2 (dois), 3 (três), 4 (quatro), 5 (cinco), 6 (seis) e 7 (sete), de abril.

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao Andar Térreo do Anexo II do Senado Federal, nos horários das 9:00 (nove) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas da Comissão:  
Dia 7, às 19:00 horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 horas (vinte e quatro horas) constantes do § 2º do artigo 11 do Regimento Comum, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do relator perante a Comissão dar-se-á no dia 11 (onze), de abril, às 11:00 horas, no Auditório do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 30 de março de 1973. — Senador Luiz Cavalcante, Presidente.

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Luiz Cavalcante  
Vice-Presidente: Deputado José Camargo  
Relator: Deputado Pedro Colin

#### Senadores

1. Eurico Rezende
2. Virgílio Távora
3. Arnon de Mello
4. Luiz Cavalcante
5. Carvalho Pinto
6. Heitor Dias
7. Milton Trindade
8. Cattete Pinheiro
9. Fernando Corrêa
10. Vasconcelos Torres

#### Deputados

##### ARENA

1. Gonzaga de Vasconcelos
2. Sussumu Hirata
3. Rozen-do de Souza
4. Rogério Rêgo
5. Batista Miranda
6. Pedro Colin
7. Luiz Garcia
8. Garcia Neto

##### MDB

1. Nelson Carneiro

1. Lisâneas Maciel
2. Freitas Diniz
3. José Camargo

#### CALENDÁRIO

Dia 29-3 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 30-3 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 31-3, 1, 2, 3, 4, 5, 6, e 7-4 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 11-4 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 11:00 horas, no Auditório do Senado Federal;

Até dia 18-4-73 — Apresentação do parecer, pela Comissão; discussão do projeto, em sessão conjunta, a ser convocada tão logo seja publicado e distribuído em avulso o parecer da Comissão Mista.

#### prazo

Início: dia 30-3-73. — Término: dia 8-5-73.

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Subsecretaria de Comissões — Serviço de Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito — Andar Térreo do Anexo II — Senado Federal — Telefone 24-8105 — Ramais 303 e 312.

#### COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 20, de 1973 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.263, de 1º de março de 1973, que "reajusta os vencimentos, proventos e salários dos servidores da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências".

#### ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 1973

Às dez horas do dia dois de abril de mil novecentos e setenta e três, no Auditório do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Flávio Brito, Duarte Filho, Renato Franco, Guido Mondin, Osires Teixeira, Accioly Filho, Carlos Lindenberg, Fausto Castelo Branco e Benjamin Farah e os Senhores Deputados Albino Zeni, Delson Scarano e Silvio Venturolli, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre a Mensagem nº 20, de 1973 (CN), que "Reajusta os Vencimentos, Proventos e Salários dos Servidores da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências".

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Renato Franco, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador o Senhor Deputado Delson Scarano.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

#### Para Presidente:

Deputado Silvio Venturolli — 11 votos  
Em branco — 1 voto

#### Para Vice-Presidente

Senador Benjamin Farah — 11 votos  
Em branco — 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Deputado Sílvio Venturolli e Senador Benjamin Farah. Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Sílvio Venturolli, agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Senhor Carlos Lindenberg.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente de Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e demais membros e vai à publicação. — Senadores: Flávio Brito — Duarte Filho — Renato Franco — Guido Mondin — Osires Teixeira — Accioly Filho — Carlos Lindenberg — Fausto Castelo Branco — Benjamin Farah — Deputados: Albino Zeni — Delson Scarano — Sílvio Venturolli.

### COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Sílvio Venturolli  
Vice-Presidente: Senador Benjamin Farah  
Relator: Senador Carlos Lindenberg

#### Senadores

#### ARENA

1. Flávio Brito
2. Duarte Filho
3. Renato Franco
4. Guido Mondin
5. Osires Teixeira
6. Antônio Carlos
7. Daniel Krieger
8. Accioly Filho
9. Carlos Lindenberg
10. Fausto Castelo Branco

#### MDB

1. Benjamin Farah

#### Deputados

1. Albino Zeni
2. Antônio Mariz
3. Delson Scarano
4. Emanuel Pinheiro
5. Josias Gomes
6. Helbert Santos
7. Furtado Leite
8. Sílvio Venturolli

1. Argilano Dario
2. Francisco Studart
3. José Freire

### CALENDÁRIO

Dia 30.3.73 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;  
Até dia 19.4.73 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

#### Prazo

Até dia 19.4.73 na Comissão Mista;  
Até dia 30.4.73 no Congresso Nacional.

Subsecretaria das Comissões; Serviço de Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito — Andar Térreo — Anexo II — Senado Federal — Assistente: Haroldo Pereira Fernandes — Telefone: 24-8105 — Ramais 674 e 303.

### COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 21, de 1973, que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1265, de 14 de março de 1973, que "autoriza o Tesouro Nacional a promover o aumento do capital da Companhia Siderúrgica Nacional, e dá outras providências".

#### 1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 1973

Às dez horas do dia dois de abril de mil novecentos e setenta e três, no Auditório do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Osires Teixeira, Arnon de Mello, Luiz Cavalcante, Leandro Maciel, Milton Trindade, Paulo Guerra, Virgílio Távora, José Augusto, Carlos Lindenberg e Ruy Carneiro, e os Senhores Deputados Daso Coimbra, Gastão Müller, Jarmund Nasser e João Guido, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 21, de 1973 (CN), que "submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.265, de 14 de março de 1973, que "autoriza o Tesouro Nacional a promover o aumento do capital da Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências".

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Leandro Maciel, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador o Senhor Deputado Gastão Müller.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

#### Para Presidente:

Senador Milton Trindade — 13 votos  
Em Branco — 1 voto

#### Para Vice-Presidente:

Deputado Jorge Ferraz — 13 votos  
Em Branco — 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Senador Milton Trindade e Deputado Jorge Ferraz.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Milton Trindade agradece aos membros da Comissão a honra com que foi distinguido e designa para funcionar como relator da matéria o Senhor Deputado Daso Coimbra.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cândido Hippertt, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes. — Senadores Osires Teixeira — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Leandro Maciel — Milton Trindade — Paulo Guerra — Virgílio Távora — José Augusto — Carlos Lindenberg — Ruy Carneiro — Deputados Daso Coimbra — Gastão Müller — Jarmund Nasser — João Guido.

### COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Trindade  
Vice-Presidente: Deputado Jorge Ferraz  
Relator: Deputado Daso Coimbra

#### Senadores

#### ARENA

1. Osires Teixeira
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Leandro Maciel
5. Milton Trindade
6. Paulo Guerra
7. Virgílio Távora
8. Domicio Gondin
9. José Augusto
10. Carlos Lindenberg

#### Deputados

1. Daso Coimbra
2. Dyrno Pires
3. Gastão Müller
4. Jarmund Nasser
5. João Guido
6. José Pinheiro Machado
7. José Sally
8. Lins e Silva

#### MDB

1. Ruy Carneiro

1. Amaury Müller
2. Ário Theodoro
3. Jorge Ferraz

### CALENDÁRIO

Dia 30-3-73 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;  
Até dia 19-4-73 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

#### Prazo

Até dia 19-4-73 — na Comissão Mista;  
Até dia 14-5-73 — no Congresso Nacional.

Subsecretaria de Comissões; Serviço de Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito — Andar Térreo do Anexo II do Senado Federal — Secretário: Cândido Hippertt — Telefone: 24-8105 — Ramais 676 e 303.



## COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 22, de 1973 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.264, de 1º de março de 1973, que "modifica, no exercício de 1973, a distribuição da receita proveniente da Arrecadação do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e sobre a Energia Elétrica, e dá outras providências".

## ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 1973.

Aos dois dias do mês de abril do ano mil novecentos e setenta e três, no Auditório do Senado Federal, às dez horas, presentes os Senhores Senadores Saldanha Derzi, Accioly Filho, Carlos Lindenberg, Osires Teixeira, Leandro Maciel, Danton Jobim, José Augusto, Milton Trindade, Fernando Corrêa, Heitor Dias e os Senhores Deputados Manoel de Almeida, Nunes Freire, Parente Frota e Freitas Diniz realiza a sua primeira reunião a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 22, de 1973 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.262, de 27 de fevereiro de 1973, que "Modifica, no exercício de 1973, a distribuição da receita proveniente da arrecadação do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e sobre Energia Elétrica, e dá outras providências".

Em obediência ao que dispõe as Normas Regimentais, assumiu a Presidência o Senhor Senador Carlos Lindenberg, que, após declarar instalada a Comissão, manda distribuir as cédulas de votação para escolha de seus dirigentes e designa o Senhor Deputado Parente Frota para funcionar como escrutinador.

Colhidos e apurados os votos, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente**

Deputado Manoel de Almeida — 13 votos

Em branco — 1 voto

**Para Vice-Presidente**

Deputado Freitas Diniz — 13 votos

Em branco — 1 voto

Em cumprimento ao deliberado, o Senhor Presidente eventual, Senador Carlos Lindenberg, proclama eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Senhores Deputados Manoel de Almeida e Freitas Diniz e convida o primeiro a assumir a direção dos trabalhos.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Manoel de Almeida agradece em seu nome e no do Senhor Deputado Freitas Diniz a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Fernando Corrêa para relatar o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião e, para constar, eu, Hugo Antonio Crepaldi, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, vai

assinada pelo Senhor Presidente. — Senadores Saldanha Derzi — Accioly Filho — Carlos Lindenberg — José Augusto — Heitor Dias — Milton Trindade — Osires Teixeira — Duarte Filho — Leandro Maciel — Fernando Corrêa — Danton Jobim — Deputados Manoel de Almeida — Parente Faria — Nunes Freire — Freitas Diniz.

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Manoel de Almeida

Vice-Presidente: Deputado Freitas Diniz

Relator: Senador Fernando Corrêa

## Senadores

## Deputados

## ARENA

1. Saldanha Derzi
2. Accioly Filho
3. Carlos Lindenberg
4. José Augusto
5. Heitor Dias
6. Milton Trindade
7. Osires Teixeira
8. Duarte Filho
9. Leandro Maciel
10. Fernando Corrêa

1. Bezerra de Melo
2. Hermes Macedo
3. José Haddad
4. Manoel de Almeida
5. Nunes Freire
6. Oceano Carleial
7. Parente Frota
8. Parsifal Barroso

## MDB

1. Danton Jobim

1. Freitas Diniz
2. Pedro Faria
3. José Camargo

## CALENDÁRIO

Dia 30.3.73 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;

Até Dia 19.4.73 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

## Prazo

Até dia 19.4.73 na Comissão Mista;

Até dia 01.5.73 no Congresso Nacional.

Subsecretaria de Comissões; Serviço de Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito — Andar Térreo do Anexo II — Senado Federal — Assistente: Hugo Antônio Crepaldi — Telefone: 24.81.05 — Ramais 672 e 303.

## ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do CÓDIGO CIVIL.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do consulente, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denominamos

**I PARTE:** a) Classificação, por artigo, do Código Civil — V; b) Legislação Complementar — CLXV; **II PARTE:** a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil — 1; b) Julgamentos — 27; **III PARTE:** a) índice alfabético remissivo — 389; b) índice numérico por espécie de processo — 458.

**Preço do volume com 680 páginas em brochura ..... Cr\$ 30,00**  
**encadernado, impresso em papel bíblia ..... Cr\$ 40,00**

mos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

MESA		LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA
Presidente: Filinto Müller (ARENA — MT)	3º-Secretário: Milton Cabral (ARENA — PB)	Líder: Petrônio Portella (ARENA — PI)
1º-Vice-Presidente: Paulo Tórres (ARENA — RJ)	4º-Secretário: Benedito Ferreira (ARENA — GO)	Vice-Líderes: Eurico Rezende (ARENA — ES)
2º-Vice-Presidente: Adalberto Sena (MDB — AC)	Suplentes de Secretários: Geraldo Mesquita (ARENA — AC)	Ney Braga (ARENA — PR)
1º-Secretário: Ruy Santos (ARENA — BA)	José Augusto (ARENA — MG)	Virgílio Távora (ARENA — CE)
2º-Secretário: Augusto Franco (ARENA — SE)	Antônio Fernandes (ARENA — BA)	Dinarte Mariz (ARENA — RN)
	Ruy Carneiro (MDB — PB)	José Lindoso (ARENA — AM)
		Flávio Britto (ARENA — AM)
		Saldanha Derzi (ARENA — MT)
		Osires Teixeira (ARENA — GO)
		Guido Mondin (ARENA — RS)
		LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA
		Líder: Nelson Carneiro (MDB — GB)
		Vice-Líderes: Danton Jobim (MDB — GB)
		Benjamin Farah (MDB — GB)

## COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Titulares	Suplentes
ARENA	
Antônio Fernandes	Tarso Dutra
Vasconcelos Torres	João Cleofas
Paulo Guerra	Fernando Corrêa
Ney Braga	
Flávio Britto	
Mattos Leão	
MDB	
Amaral Peixoto	Ruy Carneiro

## COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Titulares	Suplentes
ARENA	
José Guimard	Saldanha Derzi
Teotônio Vilela	Osires Teixeira
Dinarte Mariz	Lourival Baptista
Wilson Campos	
José Esteves	
Clodomir Milet	
MDB	
Ruy Carneiro	Franco Montoro

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Titulares	Suplentes
ARENA	
José Lindoso	Eurico Resende
José Sarney	Osires Teixeira
Carlos Lindenberg	João Calmon
Helvídio Nunes	Lenoir Vargas
Antônio Carlos	Vasconcelos Torres
Mattos Leão	Carvalho Pinto
Heitor Dias	
Gustavo Capanema	
Wilson Gonçalves	
José Augusto	
Daniel Krieger	
Accioly Filho	
MDB	
Nelson Carneiro	Franco Montoro

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Titulares	Suplentes
ARENA	
Dinarte Mariz	Carlos Lindenberg
Eurico Rezende	Luiz Cavalcante
Cattete Pinheiro	Waldemar Alcântara
Ney Braga	José Lindoso
Osires Teixeira	Wilson Campos
Fernando Corrêa	
Saldanha Derzi	
Heitor Dias	
Antônio Fernandes	
José Augusto	
MDB	
Ruy Carneiro	Nelson Carneiro

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO****Titulares**

ARENA

Magalhães Pinto  
 Vasconcelos Torres  
 Wilson Campos  
 Jessé Freire  
 Arnon de Mello  
 Teotônio Vilela  
 Paulo Guerra  
 Renato Franco  
 Helvídio Nunes  
 Luiz Cavalcante

**Suplentes**

Domício Gondim  
 José Augusto  
 Geraldo Mesquita  
 Flávio Britto  
 Leandro Maciel

MDB

Franco Montoro

Amaral Peixoto

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO****Titulares**

ARENA

Gustavo Capanema  
 João Calmon  
 Tarso Dutra  
 Geraldo Mesquita  
 Cattete Pinheiro  
 Milton Trindade

**Suplentes**

Arnon de Mello  
 Helvídio Nunes  
 José Sarney

MDB

Benjamin Farah

Franco Montoro

**COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**

(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO****Titulares**

ARENA

Celso Ramos  
 Lourival Baptista  
 Saldanha Derzi  
 Geraldo Mesquita  
 Alexandre Costa  
 Fausto Castelo-Branco  
 Lenoir Vargas  
 Jessé Freire  
 João Cleofas  
 Carvalho Pinto  
 Virgílio Távora  
 Wilson Gonçalves  
 Mattos Leão  
 Tarso Dutra

**Suplentes**

Cattete Pinheiro  
 Antônio Carlos  
 Daniel Krieger  
 Milton Trindade  
 Dinarte Mariz  
 Emival Caiado  
 Flávio Britto  
 Eurico Rezende

MDB

Amaral Peixoto  
 Ruy Carneiro  
 Danton Jobim

Nelson Carneiro

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO****Titulares**

ARENA

Heitor Dias  
 Domício Gondim  
 Renato Franco  
 Guido Mondin  
 Ney Braga  
 Eurico Rezende

**Suplentes**

Wilson Campos  
 Accioly Filho  
 José Esteves

MDB

Franco Montoro

Danton Jobim

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO****Titulares**

ARENA

Arnon de Mello  
 Luiz Cavalcante  
 Leandro Maciel  
 Milton Trindade  
 Domício Gondim  
 Lenoir Vargas

**Suplentes**

Paulo Guerra  
 Antônio Fernandes  
 José Guimard

MDB

Benjamin Farah

Danton Jobim

**COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO****Titulares**

ARENA

Antônio Carlos  
 José Lindoso  
 José Augusto  
 Emival Caiado

**Suplentes**

Cattete Pinheiro  
 Wilson Gonçalves

MDB

Danton Jobim

Ruy Carneiro

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO****Titulares**

Carvalho Pinto  
Wilson Gonçalves  
Jessé Freire  
Fernando Corrêa  
Antônio Carlos  
Arnon de Mello  
Magalhães Pinto  
Accioly Filho  
Saldanha Derzi  
José Sarney  
Lourival Baptista  
João Calmon

**Suplentes**

Dinarte Mariz  
Fausto Castelo-Branco  
Carlos Lindenberg  
José Lindoso  
José Guimard  
Cattete Pinheiro  
Virgílio Távora  
Ney Braga

ARENA

MDB

Franco Montoro  
Danton Jobim  
Nelson Carneiro

Amaral Peixoto

**COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO****Titulares**

Fernando Corrêa  
Fausto Castelo-Branco  
Cattete Pinheiro  
Lourival Baptista  
Duarte Filho  
Waldemar Alcântara

**Suplentes**

Saldanha Derzi  
Wilson Campos  
Clodomir Milet

ARENA

MDB

Benjamin Farah

Ruy Carneiro

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO****Titulares**

Waldemar Alcântara  
José Lindoso  
Virgílio Távora  
José Guimard  
Flávio Britto  
Vasconcelos Torres

**Suplentes**

Alexandre Costa  
Celso Ramos  
Milton Trindade

ARENA

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO****Titulares**

Tarso Dutra  
Emival Caiado  
Celso Ramos  
Osires Teixeira  
Heitor Dias  
Jessé Freire

**Suplentes**

Magalhães Pinto  
Gustavo Capanema  
Paulo Guerra

ARENA

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO****Titulares**

Leandro Maciel  
Alexandre Costa  
Luiz Cavalcante  
Lenoir Vargas  
Geraldo Mesquita  
José Esteves

**Suplentes**

Dinarte Mariz  
Duarte Filho  
Virgílio Távora

ARENA

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

# Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional n.º 1, de 17-10-69)

## FORMATO DE BOLSO

PREÇOS:	{	EM BROCHURA .....	Cr\$ 2,00
		ENCADERNADA EM PLÁSTICO .....	Cr\$ 3,50
		ENCADERNADA EM PELICA .....	Cr\$ 7,00

# "MANUAL DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA MUNICIPAL"

Volume com 64 páginas — Preço Cr\$ 5,00

## INDICE

- I — Da Filiação Partidária
- II — Convocação da Convenção Municipal
- III — Registro das Chapas
- IV — Impugnação do Registro
- V — Instalação e Funcionamento da Convenção
- VI — Ata da Convenção
- VII — Dos Livros do Partido
- VIII — Dos Diretórios Municipais
- IX — Das Comissões Executivas
- X — Dos Delegados dos Diretórios
- XI — Do Registro dos Diretórios
- XII — Dos Municípios sem Diretórios
- XIII — Prazo de filiação para concorrer às eleições municipais de 1972
- XIV — Diretórios Distritais e órgãos de cooperação

## ANEXOS:

- a) Modelo nº 1 — Edital de Convocação da Convenção Municipal
- Modelo nº 2 — Notificação de Convencional para comparecer à Convenção
- Modelo nº 3 — Requerimento de Registro de Chapas
- Modelo nº 4 — Autorização coletiva para inscrição de candidato
- Modelo nº 5 — Ata da Convenção
- Modelo nº 6 — Termos de Abertura e Encerramento
- Modelo nº 7 — Edital de Convocação do Diretório Municipal
- Modelo nº 8 — Notificação aos membros do Diretório
- Modelo nº 9 — Requerimento ao Juiz Eleitoral indicando os Delegados
- b) RESOLUÇÃO nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral

# LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

PUBLICAÇÃO DA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Volume com 326 páginas — Preço Cr\$ 20,00

## INDICE

- I — LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS
  - a) Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71).
  - b) Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — "Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-9-71).
  - c) Quadro Comparativo:
    - Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71);
    - Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — "Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-9-71);
    - Projeto de Lei nº 8/71 (CN); e
    - Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 3-7-65).
  - d) Instruções para Organização, Funcionamento e Extinção dos Partidos Políticos — Resolução nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral (D.J. de 13-9-71).
- II — CÓDIGO ELEITORAL
  - a) Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — "Institui o Código Eleitoral" (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 30-7-65).
  - b) alterações:
    - Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966 — "Altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)" (D.O. de 6-5-66) (alterações já consignadas);
    - Decreto-lei nº 441, de 29 de janeiro de 1969 — "Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966" (D.O. de 30-1-69; ret. D.O. de 4-2-69) (alterações já consignadas);
    - Decreto-lei nº 1.064, de 24 de outubro de 1969 — "Altera a redação do art. 302 do Código Eleitoral, e dá outras providências" (D.O. de 27-10-69).
- III — SUBLENDAS
  - Lei nº 5.453, de 14 de julho de 1969 — "Institui o sistema de sublegenda, e dá outras providências" (D.O. de 18-6-68).
- IV — INELEGIBILIDADES
  - Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970 — "Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências" (D.O. de 29-4-70).

# ANAIIS DO SENADO

Mês de fevereiro de 1965	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 16. <sup>a</sup> — Preparatória
Mês de março de 1965	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 20. <sup>a</sup> — Preparatória
Mês de abril de 1965	— SESSÕES 21. <sup>a</sup> a 38. <sup>a</sup> —
Mês de maio de 1965	— SESSÕES 39. <sup>a</sup> a 50. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de maio de 1965	— SESSÕES 51. <sup>a</sup> a 62. <sup>a</sup> — Tomo II
Mês de julho de 1965	— SESSÕES 90. <sup>a</sup> a 106. <sup>a</sup> —
Mês de agosto de 1965	— SESSÕES 107. <sup>a</sup> a 117. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de agosto de 1965	— SESSÕES 118. <sup>a</sup> a 130. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de setembro de 1965	— SESSÕES 141. <sup>a</sup> a 142. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de setembro de 1965	— SESSÕES 143. <sup>a</sup> a 145. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de outubro de 1965	— SESSÕES 146. <sup>a</sup> a 155. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de outubro de 1965	— SESSÕES 156. <sup>a</sup> a 166. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de janeiro de 1968	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 12. <sup>a</sup> (Convocação Extraord.)
Mês de fevereiro de 1968	— SESSÕES 13. <sup>a</sup> a 27. <sup>a</sup> (Convocação Extraord.)
Mês de fevereiro de 1968	— SESSÕES 28. <sup>a</sup> a 34. <sup>a</sup> (Convocação Extraord.)
Mês de março de 1968	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 15. <sup>a</sup> (1. <sup>a</sup> e 2. <sup>a</sup> Sessões Preparatórias — Vol. I)
Mês de março de 1968	— SESSÕES 16. <sup>a</sup> a 32. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de abril de 1968	— SESSÕES 33. <sup>a</sup> a 42. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de abril de 1968	— SESSÕES 43. <sup>a</sup> a 62. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de maio de 1968	— SESSÕES 63. <sup>a</sup> a 78. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de maio de 1968	— SESSÕES 79. <sup>a</sup> a 100. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de junho de 1968	— SESSÕES 101. <sup>a</sup> a 114. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de junho de 1968	— SESSÕES 115. <sup>a</sup> a 132. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de julho de 1968	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 10. <sup>a</sup> (Convocação Extraord.)
Mês de julho de 1968	— SESSÕES 11. <sup>a</sup> a 24. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de agosto de 1968	— SESSÕES 133. <sup>a</sup> a 150. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de agosto de 1968	— SESSÕES 151. <sup>a</sup> a 171. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de setembro de 1968	— SESSÕES 172. <sup>a</sup> a 188. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de setembro de 1968	— SESSÕES 189. <sup>a</sup> a 209. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de outubro de 1968	— SESSÕES 210. <sup>a</sup> a 231. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de outubro de 1968	— SESSÕES 232. <sup>a</sup> a 262. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de novembro de 1968	— SESSÕES 263. <sup>a</sup> a 275. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de novembro de 1968	— SESSÕES 276. <sup>a</sup> a 298. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de dezembro de 1968	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 15. <sup>a</sup> — tomo I (Convocação Extraordinária)
Mês de outubro de 1969	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 7. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de novembro de 1969	— SESSÕES 8. <sup>a</sup> a 19. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de novembro de 1969	— SESSÕES 20. <sup>a</sup> a 36. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de abril de 1970	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 12. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de abril de 1970	— SESSÕES 13. <sup>a</sup> a 20. <sup>a</sup> — tomo II
Mês março/abril de 1971	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 11. <sup>a</sup> — tomo I
Mês março/abril de 1971	— SESSÕES 12. <sup>a</sup> a 21. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de maio de 1971	— SESSÕES 22. <sup>a</sup> a 32. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de maio de 1971	— SESSÕES 33. <sup>a</sup> a 44. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de julho de 1971	— SESSÕES 68. <sup>a</sup> a 81. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de julho de 1971	— SESSÕES 82. <sup>a</sup> a 93. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de agosto de 1971	— SESSÕES 94. <sup>a</sup> a 103. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de agosto de 1971	— SESSÕES 104. <sup>a</sup> a 115. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de setembro de 1971	— SESSÕES 116. <sup>a</sup> a 126. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de setembro de 1971	— SESSÕES 127. <sup>a</sup> a 138. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de outubro de 1971	— SESSÕES 139. <sup>a</sup> a 148. <sup>a</sup> — tomo I
Mês de outubro de 1971	— SESSÕES 149. <sup>a</sup> a 157. <sup>a</sup> — tomo II
Mês de abril de 1972	— SESSÕES 1. <sup>a</sup> a 12. <sup>a</sup> — tomo I

PREÇO DE CADA VOLUME: Cr\$ 10,00



## ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

### Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos **ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do **CÓDIGO CIVIL**.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do consulente, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denominamos

mos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

**I PARTE:** a) Classificação, por artigo, do Código Civil — V; b) Legislação Complementar — CLXV; **II PARTE:** a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil — 1; b) Julgamentos — 27; **III PARTE:** a) Índice alfabético remissivo — 389; b) Índice numérico por espécie de processo — 458.

Preço do volume com 680 páginas em brochura ..... Cr\$ 30,00  
encadernado, impresso em papel bíblia ..... Cr\$ 40,00

## JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

### "REFERÊNCIAS DA SÚMULA DO STF"

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os Acórdãos, Leis federais, estaduais, municipais, Decretos, Decretos-leis, Portarias, Resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

### CONTENDO AS 551 SÚMULAS OFICIAIS

No 10.º Volume o índice completo por matéria. — O 20.º Volume contém os enunciados das novas Súmulas n.ºs 473 a 551. — O 21.º Volume contém o Regimento Interno do STF (atualizado)

**PREÇO: CR\$ 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO-SE AS 79 NOVAS SÚMULAS**

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

## ALTERAÇÕES À SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**ÍNDICE GERAL:** Apresentação — Composição do Tribunal — Processos da competência do STF (Portaria n.º 87) — Índice alfabético e remissivo — Súmulas alteradas (n.ºs 2 — 11 — 71 — 73 — 74 — 118 — 146 — 152 — 211 — 240 — 274 — 345 — 358 — 370 — 416 — 427 — e 435) — Aplicação das Súmulas n.ºs 473 a 551.

Volume com 324 páginas, organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins.

Preço Cr\$ 25,00

## REGIMENTO INTERNO E TABELA DE CUSTAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM ÍNDICE E LEGISLAÇÃO CITADA

Volume com 104 páginas — Preço: Cr\$ 5,00

# MAR TERRITORIAL

DOIS VOLUMES CONTENDO 862 PÁGINAS

- REUNIÃO DO COMITÊ JURÍDICO INTERAMERICANO
- CONFERÊNCIA SOBRE O DIREITO DO MAR (GENEVA 1971)
- 58 CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR DE HAIA
- ARTIGOS SOBRE O MAR TERRITORIAL
- PRONUNCIAMENTO NO CONGRESSO SOBRE ASSUNTOS DO MAR
- OS NOVOS CAMINHOS DO MAR
- LEGISLAÇÃO E ACORDOS INTERNACIONAIS INTERESSADOS
- LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA
- ACORDOS INTERNACIONAIS
- REUNIÃO LATINO-AMERICANA SOBRE ASPECTOS DO DIREITO DO MAR

PREÇO DE VENDA: DOIS VOLUMES CRS 35,00

## O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 7, DE 7-9-70

### COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464)
- Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)

### DISCURSOS

- (Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide índice de oradores)

### DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

### EMENDAS

- (DCN — 2-9-1970, pág. 477)
- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

### LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

### MENSAGEM Nº 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

### PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

### PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

### PRÓJETO DE LEI COMPLEMENTAR

- Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.550)

### SANÇÃO

- Lei Complementar nº 7/70 (D.O. — 8-9-1970, 1ª pág.)

### SUBSTITUTIVO DO RELATOR

- (DCN — 3-9-1970, pág. 558)
- Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

### VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

### VOTOS DE DECLARAÇÕES DE

(DCN — 4-6-1970, pág. 617)

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

# Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional n.º 1, de 17-10-69)

## FORMATO DE BOLSO

PREÇOS:	EM BROCHURA .....	Cr\$ 2,00
	ENCADERNADA EM PLÁSTICO .....	Cr\$ 3,50
	ENCADERNADA EM PELICA .....	Cr\$ 7,00

## ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967

Os ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967, obra elaborada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, compreendem 7 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

**1.º VOLUME:** Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr\$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicas, entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionalistas face ao problema da outorga, eleição de uma Assembléia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Adauto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

**2.º VOLUME:** Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto.

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

**3.º VOLUME:** Edição 1968 — 202 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

**4.º VOLUME:** Edição 1968 — 1.192 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. — Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

**5.º VOLUME:** Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr\$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

**6.º VOLUME:** Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4.º volume da obra, com indicação nas páginas.

**7.º VOLUME:** Edição 1970 — Quadro Comparativo.

Constituição de 1967 — Projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo. Volume com 282 páginas — Preço: Cr\$ 8,00.

Centro Gráfico do Senado Federal  
Caixa Postal 1.503  
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50